

008ª SESSÃO ORDINÁRIA - 22FEV2012

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra.

O SR. REGINALDO PUJOL (Requerimento): Sr. Presidente, eu solicito a inversão da ordem dos trabalhos no dia de hoje, com o período de Pauta sendo cumprido antes da Ordem do Dia, tendo em vista que, nas quatro últimas Sessões, pelas razões mais diversas, a Pauta não foi cumprida. E, como consequência, ela vem sendo engordada ao longo do tempo, tendo, hoje, 21 temas, os mais diversos possíveis. Claro que hoje vamos ter uma Sessão muito especial, ainda temos os efeitos do carnaval, a vitória da Restinga, que, evidentemente, vai ter o aplauso de toda a Casa pela sua justiça. Então, eu requero a Vossa Excelência, formalmente, a inversão da ordem dos trabalhos, com a colocação do período de Pauta antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura das proposições apresentadas à Mesa.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Carlos Todeschini): (Lê as proposições apresentadas à Mesa.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Passamos à

PAUTA

O Ver. Dr. Raul Torelly está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. DR. RAUL TORELLY: Presidente, Ver. Mauro Zacher; colegas Vereadores, Vereadoras, funcionários da Casa, todos que nos assistem; espero que todos tenhamos tido um excelente carnaval, nos renovado para podermos dar sequência ao duro ano que temos pela frente.

Neste momento de Pauta, eu quero falar sobre a questão da Saúde pública, tão importante para a nossa cidade de Porto Alegre, e que tem, também, uma vinculação com o carnaval. Temos um Projeto do Executivo aqui na Casa criando o Comitê de Mortalidade por Aids, na Secretaria Municipal da Saúde. Achamos que é fundamental que o Município e o Estado se preocupem efetivamente com a questão do HIV, da Aids, porque, infelizmente, assim como somos os primeiros em câncer de mama, o Estado também é o primeiro em casos de Aids no País, no nosso Brasil. E Porto Alegre, como Capital que é, não fica, com certeza, longe disso. Então, acredito que é uma iniciativa importante que vai ajudar a salvar muitas vidas e, especialmente, vai fazer com que não falem medicações antirretrovirais, para que as pessoas que tiveram o infortúnio de contrair esse vírus – maldito, eu diria – possam realmente ter uma sobrevida com uma dignidade maior, como vem sendo a realidade dos últimos anos. Passou o tempo em que era uma sentença de morte a questão da Aids.

A Sra. Fernanda Melchionna: V. Exa. permite um aparte?

O SR. DR. RAUL TORELLY: Com satisfação, dou um aparte à Ver.^a Fernanda Melchionna.

A Sra. Fernanda Melchionna: Ver. Dr. Raul, eu lhe agradeço o aparte e quero parabenizá-lo pelo pronunciamento porque, de fato, os dados em relação ao aumento de pessoas contaminadas com o vírus da Aids são gritantes em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul; é o Estado que mais cresce, proporcionalmente, em número de pessoas infectadas. Então, uma ação em conjunto para combater tanto o contágio como para garantir uma sobrevida mais longa para todos os portadores e portadoras é fundamental. Parabéns pelo pronunciamento!

O SR. DR. RAUL TORELLY: Obrigado. Não é à toa que, neste momento de carnaval, se fazem campanhas de prevenção, com a distribuição, no País, de milhões de camisinhas, no sentido de que não haja contágio. Mas também nós temos que procurar diminuir a promiscuidade, que é o que faz com que, infelizmente, esse vírus se multiplique.

Gostaria também de referir, na área da Saúde pública, a importância de a Igreja Católica estar priorizando este ano, na Campanha da Fraternidade, a Saúde pública como seu foco. Acreditamos que é um excelente tema, que vai trazer para todos nós, que já nos debruçamos todo dia sobre isso...vai ampliar a questão junto à sociedade porque sabemos que temos que melhorar muito a área da Saúde pública; trabalhamos e conseguimos realizar ações muito importantes, mas essa é uma luta constante. E a sociedade que, por vezes, não se utiliza da Saúde pública porque tem o seu plano de saúde privado também tem que ser muito parceira, porque o SUS, na realidade, é de todos nós. Mesmo aquele que tem um plano de saúde privado, num caso de necessidade, quando o plano não cobre o que deveria, acaba sendo atendido – e muito bem atendido – pelo Sistema Único de Saúde. A pesquisa nacional do IBOPE mais recente mostrou que 88% das pessoas que tiveram atendimento pelo SUS e foram pesquisadas disseram que o serviço médico foi muito bem realizado. Então, o que falta, na realidade, é termos mais especialistas, mais médicos bem remunerados à disposição da população do Sistema Único de Saúde para que toda a Saúde pública ganhe com isso.

Também gostaria, enquanto Técnico Científico do Estado, de homenagear e dizer da satisfação que nós temos de, agora, o nosso Sindicato, o Sintergs, ter à sua frente um amigo, um advogado muito competente, o Lucídio Ávila que, com certeza, vai tocar muito bem a questão do Sindicato dos Técnicos Científicos do Estado. Muito obrigado, vamos retomar o trabalho como sempre. Saúde para todos!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; também quero aqui registrar a criação deste Comitê de Mortalidade por Aids. Apesar do nome, acredito que seja um nome para chocar mesmo, porque hoje a Aids é uma doença crônica, não há mais por que as pessoas morrerem de Aids. Elas já têm uma série de acessos a remédios, já têm políticas do Sistema Único de Saúde, o que garante uma vida com qualidade, pois têm atendimento sistemático, no momento certo, feito por profissionais adequados. Porto Alegre estava demorando para tomar uma atitude por ser a Capital com maior índice de infecção pelo vírus HIV. Isso nos fez, instados pela sociedade civil, instalar nesta Casa a Frente Parlamentar de Combate à Aids e às Doenças Infectocontagiosas.

Nós – lembro muito bem – recebemos as entidades, e uma delas era representada pelo Gérson, que desde o meio do ano passado coordena a equipe de enfrentamento à Aids em Porto Alegre. E, certamente, pela caminhada que ele tem nos movimentos sociais, nas ONGs, hoje é proposta a criação do Comitê.

Eu queria fazer esta reflexão um pouco mais atrás, porque agora, a gente vai ver exatamente a proposta do Comitê.

Nós sabemos que o Conselho Municipal de Saúde mantém uma Comissão permanente de debates sobre este tema da Aids; essa Comissão reclamava de não ter interlocução nenhuma com o Governo. Infelizmente, agora, no verão, recebemos um *e-mail* com o anúncio do fechamento da ONG Somos, por falta de verbas e de relações com as entidades públicas, uma ONG muito importante, diferenciada, que trabalhava de uma forma adequada esses e outros temas relativos à sexualidade.

Nesse período do Governo Fogaça e numa parte do Governo Fortunati, abandonaram a parceira com essas ONGs que trabalhavam com travestis, com situações de vulnerabilidade de homossexuais, de profissionais do sexo, com a prevenção, Ver. Fernanda Melchionna e Ver. Dr. Raul Torelly, da transmissão do vírus da Aids.

Nós, infelizmente, nos últimos anos, só temos visto alguma campanha no carnaval. A equipe de redução de danos, que era uma excelente equipe que a Prefeitura tinha, foi extinta. Havia de 15 a 17 pessoas que trabalhavam no tema

da prevenção da Aids, e, simplesmente, no Governo Fogaça, esse grupo foi desmantelado e nós passamos a não ter referência nenhuma dentro do Sistema de Saúde.

Obviamente que o índice de infecção não é de um ano para o outro que aumenta; a gente sabe que a cidade de Porto Alegre perdeu muito da sua capacidade de antecipar o problema e evitar a infecção pelo vírus da Aids. E é muito sério quando a gente olha os dados e vê que aumenta a infecção no grupo das mulheres. As mulheres têm se infectado mais, o que não era o histórico anterior, inclusive atingindo crianças no nascimento.

Então, Porto Alegre precisa de medidas muito sérias, sistemáticas, não apenas de campanhas. Eu espero que esse Comitê da Mortalidade modifique e reverta o quadro de desmantelamento que nos leva a índices vergonhosos. Porto Alegre, uma cidade que foi precursora de tantas políticas públicas importantes, como a coleta seletiva, como o Orçamento Participativo, apresenta índices alarmantes de infecção pelo vírus HIV. Essa posição tem que ser revertida e espero que esta medida seja uma das que contribua para isso.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente Mauro, o Ver. Elói Guimarães nos acompanha aqui. Nós estivemos na Cavalgada do Mar, representando esta Casa, e lá estava cavalgando o Ver. Elói Guimarães. Esta Casa recebeu um Troféu da 28ª Cavalgada do Mar. (Mostra o troféu.)

Aproveito para falar sobre o trabalho que vem fazendo o Comandante da Cavalgada, Sr. Vilmar Romera. No momento, também foi homenageado, entre outras autoridades, o Ministro Aldo Rebelo.

Nós gostaríamos de entregar o Troféu a V. Exa., que representa todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Vereador, o recebo com muita honra e com respeito ao movimento tradicionalista.

(Procede-se à entrega do Troféu Cavalgada do Mar ao Presidente, Ver. Mauro Zacher.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, de início eu quero dizer da minha satisfação de ter antecedido a minha presença na tribuna essa justa homenagem que a Casa recebe por parte dos organizadores da Cavalgada do Mar, que tem uma permanente representação da Casa na figura do nosso querido Ver. Elói Guimarães. A referência ao grande organizador Vilmar Romera é de todo merecida e, evidentemente, com ela eu me solidarizo.

Mas, Sr. Presidente, nós requeremos, e fomos atendidos pelo Plenário da Casa, a inversão dos trabalhos com a colocação da discussão preliminar da Pauta de forma prioritária nesta reunião. Já na justificativa do pedido, esclarecemos que o fazíamos tendo em vista a circunstância de que, por razões das mais diversas, em três ou quatro oportunidades, nós não havíamos conseguido, na semana anterior ao carnaval, cumprir a discussão preliminar de Pauta e, com isso, atrasávamos o andamento desses Projetos que se apresentam na relação da Pauta, e que excedem o número vinte, dado o represamento que vem tendo ao longo desse tempo em que não são avaliados pela Casa na discussão preliminar.

Eu pessoalmente quero confessar meu duplo interesse, até porque um dos Projetos é a denominação, com o nome de Dr. Cláudio Walter Ferreira da Silva, de um logradouro público cadastrado, conhecido até agora como Rua 6.451, no Loteamento Caminho do Sol, localizado no Bairro Guarujá. O homenageado, no caso, que terá o seu nome definitivamente perenizado por futura decisão da Casa é, sem dúvida nenhuma, uma pessoa que teve uma trajetória, em toda a sua vida, digna do maior aplauso e que deve ser reverenciada devidamente para que possa ser, ao longo do tempo futuro, uma das situações a serem erigidas como exemplificadoras e portadoras de exemplos significativos a serem cultuados pelas novas gerações.

De outra banda, Sr. Presidente, o Projeto de Lei, que oferece uma oportunidade para o restabelecimento da data do esteticista, do cabeleireiro, no calendário oficial do Município, se consolida e se soma a uma disposição de

Lei Federal, recentemente sancionada pela Presidente Dilma Rousseff, que regula as atividades de cabeleireiro, esteticista e similares, no coroamento de um trabalho que há muito tempo busca essas figuras, essas atividades, e no qual a Casa já tinha uma participação muito expressiva quando, há cerca de 20 anos, já reconhecia como de interesse público, digna da nossa oficialização, a Associação dos Esteticistas do Município de Porto Alegre, que é, sem dúvida nenhuma, hoje, o sindicato mais diretamente beneficiado, juntamente com o Sindicato dos Cabeleireiros, que tem, na sua presidência, um ex-colega nosso, que foi por longo tempo Vereador nesta Casa, o Ver. Chiodo, que nos solicitou que diligenciássemos na oficialização dessa situação. Essa, Sr. Presidente, é a razão pela qual insisti no cumprimento prioritário da pauta dos trabalhos do dia de hoje.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Vereadores, Vereadoras, colegas do movimento em defesa da orla, eu me inscrevi para falar sobre dois Projetos que tramitam aqui na Câmara Municipal, de minha autoria e do Ver. Pedro Ruas – portanto, da Bancada do PSOL –, justamente com relação ao transporte coletivo da Cidade de Porto Alegre. São dois Projetos no mínimo singelos, mas que são parte da constatação de que o modelo de transporte, prezado Rogério, funciona de maneira caótica na nossa Cidade. Nós fizemos um Projeto sobre algo que deveria ser corriqueiro na Cidade de Porto Alegre, que é a fixação, no final e no início de cada linha, de uma tabela de horários dos ônibus da nossa Cidade; ou mesmo nos terminais de grande circulação de pessoas, como no terminal Parobé, no qual estivemos no Câmara no Ônibus em 2011, Ver. Mauro Pinheiro, e boa parte das reclamações eram sobre a ausência de uma tabela de horários para que a população pudesse aferir o horário previsto e o horário de chegada do ônibus. Aliás, no Câmara no Ônibus, nós constatamos o óbvio, mas que é importante ser dito: o atraso brutal das linhas da nossa Cidade, atraso às vezes de 30 minutos, 35 minutos, 40

minutos. Nós pegamos, Ver.^a Sofia, eu e V. Exa., um ônibus atrasado 42 minutos na saída do terminal Parobé e um linha Assunção aqui, em frente a Câmara Municipal, atrasado mais de 30 minutos. Então, é um Projeto modesto, absolutamente singelo, mas que, ao mesmo tempo, mostra como é inexplicável que o sistema de transporte coletivo não tenha fixado uma tabela singela de horários de chegada e saída dos ônibus nos terminais.

Também a integração precisa avançar em relação à bilhetagem eletrônica na nossa Cidade. Temos ônibus e lotações e, muitas vezes, o trabalhador tem uma série de valores para gastar no seu cartão Tri e ainda não pode, Ver. João Antonio Dib, ter um sistema de transporte integrado, em que o seu cartão Tri valha para o lotação, resguardado o valor, que eu também acho altíssimo, do sistema de lotação da Cidade e no transporte resguardado o valor da tarifa, que está exorbitante, em R\$ 2,85 Aliás, nós, que sempre pedimos uma auditoria, continuamos sentindo falta de uma auditoria das planilhas do transporte coletivo, que, ao longo das décadas, aumentou acima da inflação. O Ministério Público apresentou diversas irregularidades constatadas, o que originou inclusive uma auditoria nessas planilhas no Judiciário,

Também vale a pena ressaltar, com relação ao problema da integração do sistema de transporte, a questão de uma cidade planejada e que agregue as pessoas – ônibus, carro, lotação e, sobretudo, ciclistas e pedestres. Nós temos o Plano Diretor Cicloviário, votado por unanimidade nesta Casa em 2009 e que está longe de sair do papel. Inclusive há uma Emenda a um dos artigos do Plano Diretor Cicloviário que prevê que um percentual das multas cobradas dos veículos pela EPTC seja para construir ciclovias, ciclofaixas e bicicletários, para transformar Porto Alegre em uma Cidade acessível, para que, de fato, os meios de transporte possam conviver com a população. Não temos notícia de que isso esteja acontecendo.

Há uma ciclovia sendo feita na Av. Ipiranga, o que é importante, pois nós queremos uma ciclovia nessa avenida, mas queremos que essa ciclovia leve um sistema de transportes integrado, que permita a utilização por toda a cidade de Porto Alegre de maneira integrada. Então, é fundamental avançar nas ciclovias e ciclofaixas. Nesse sentido, é inaceitável que um Projeto votado em

2009, sem previsão orçamentária anual – o que criticávamos na época – não saia do papel.

Nesse sentido, pedimos aos colegas Vereadores a aprovação desses dois Projetos para qualificar o sistema público de transporte em Porto Alegre. Seguiremos na luta contra os preços exorbitantes das tarifas.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, como eu estava ausente na semana passada, quero dar as boas-vindas ao Ver. José Freitas, com o qual estou participando da primeira Sessão Ordinária. Seja muito bem-vindo a esta Casa, e meus cumprimentos!

Quero me referir ao primeiro Projeto, que cria o Fundo Monumenta em Porto Alegre, em que o Executivo está substituindo o representante da Câmara Municipal de Porto Alegre por representante indicado do Executivo. Eu concordo, porque é um fundo contábil, e o fundo contábil deve ser ligado exatamente à Secretaria da Fazenda, para que seja controlado. Por isso, é um fundo que é em convênio com o Ministério da Cultura e que precisa ter um controle efetivo. Assim, o primeiro projeto é o PLE nº 007/12.

Sobre o PLE nº 004/12, quero cumprimentar o Executivo, que cria o Comitê de Mortalidade por Aids no âmbito da Secretaria da Saúde. É importante também que seja debatido este assunto com profundidade, porque a doença está sob controle, mas tem que ser muito bem acompanhada.

O terceiro Projeto em Pauta sobre o qual desejo me manifestar é o PLL nº 230/11. Eu quero cumprimentar o Ver. Professor Garcia, que inclui a Romaria de Nossa Senhora Desatadora de Nós no Calendário de Eventos de Porto Alegre. É uma romaria que já acontece há alguns anos lá na Zona Sul e que está se expandindo cada vez mais, e os devotos são inúmeros.

Quero também lamentar que um Projeto do Ver. Reginaldo Pujol queira revogar a Lei que denomina Rua José da Maia Martins logradouro público cadastrado conhecido como Travessa José Bonifácio. Esse Projeto pretende revogar essa

Lei, Lei de minha autoria que quer justamente cumprir a Lei nº 320, que não permite haver nomes duplos na Cidade. Já existe Rua José Bonifácio; então, eu alterei o nome da Travessa José Bonifácio, que não tinha lei, era apenas conhecida.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. João Carlos Nedel, muito obrigado pela oportunidade, até em razão de o seu tempo estar-se esgotando. Sei que V. Exa. entende do assunto e conto com o seu apoio. Nós precisamos tratar das questões específicas daquele Projeto, que foi vetado, que trata das denominações de logradouros. Estamos dando ou revogando nomes de logradouros, só que as matrículas dos imóveis lá no local permanecem sempre com o nome anterior, e os cidadãos acabam tendo de providenciar essa troca; nós queremos que isso venha de parte do Executivo.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Que seja automático, V. Exa. tem toda razão.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte?

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Ver. Brasinha, com muita honra.

O Sr. Alceu Brasinha: Ver. João Carlos Nedel, eu vi que V. Exa. falou de alteração de nome de ruas. Realmente, eu não concordo quando se alteram os nomes de algumas ruas e quero dizer que eu estou com V. Exa. nesse pronunciamento, porque V. Exa. tem razão.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Muito obrigado, Ver. Brasinha. Assim, por exemplo, o Ver. Sebastião Melo coloca o nome de Rua Capitão André Lago Paris na rua antigamente conhecida como Rua do Presídio. Então, é importante. Não existe lei, ela é conhecida; assim, temos que oficializar, legalizar e regularizar os logradouros. Nós temos ainda aproximadamente dois mil logradouros em Porto Alegre que precisam ser denominados e regularizados. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Está encerrado o período de Pauta.

O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos assiste, o nosso boa-tarde; em nome do nosso Líder, o nosso caro colega Ver. Comassetto, quero cumprimentar a Escola de Samba Estado Maior da Restinga pela vitória. Consagrou-se campeã do carnaval de Porto Alegre, inclusive o nosso Líder é seu integrante e incentivador. Então, queremos fazer este registro de um evento marcante no carnaval, que está cada vez mais forte e importante na cidade de Porto Alegre.

Mas não vou falar só de festa, vou falar de uma semana de um calor sem precedentes. Talvez tenha sido, dos últimos 50 ou 60 anos, o verão mais drástico que os gaúchos, que os porto-alegrenses tenham enfrentado. Ao mesmo tempo, os problemas verificados de falta de água denunciam as fragilidades da atual gestão do Executivo Municipal. Quando fui Diretor-Geral do DMAE, eu pude participar da construção de todo o sistema Belém Novo de Abastecimento Público. Vou enumerar, aqui, as obras que foram feitas: a nova captação de Belém Novo – 950 metros em PAD, de 1.200 milímetros; ampliação da Hidráulica Belém Novo; reservatório Restinga; reservatório Belém Novo; reservatório Pitinga – cada um desses três com capacidade para cinco milhões de metros cúbicos, somando 15 milhões de metros cúbicos. Ainda as obras do reservatório Panorama; reforços de bombeamento. Enfim, um sistema que estava a pleno em capacidade, um sistema que tinha inclusive excedentes de água avaliados em 30%. Pois bem, o que nós verificamos nesta última semana, fora um calor sem precedentes, a falta de planejamento da Prefeitura em autorizar, talvez, a conexão de mais de 50 mil pessoas nesse sistema e o sistema ter entrado em colapso. Agora, o próprio DMAE admite que tem que fazer abastecimento intermitente, isto é, fecha a torneira de um para abrir de outro: tira da Hípica para dar para a Restinga; tira de Belém Novo para

abastecer a Lomba do Pinheiro; tira da Hípica para abastecer a Extrema – isso se chama intermitência: algumas horas com água e as outras horas sem água. Foi assim, na quinta-feira, a solução dada, depois de a Lomba do Pinheiro ter ficado por 24, 30 horas sem água: fechar as válvulas que abasteciam os outros sistemas para poder abastecer a Lomba do Pinheiro. Isso denuncia uma falta muito grave, Ver. Idenir Cecchim: que em oito anos não foi planejada nenhuma obra nova e muito menos feita. Ainda que o DMAE esteja dizendo que não pode fazer porque o Tribunal de Contas trancou a licitação há um certo tempo. Mas eu não conheço; não foi anunciada qual é a obra que está planejada! Portanto, essa falta de água denuncia incompetência e falta de planejamento por parte da Prefeitura, por parte do Executivo. Por quê? Porque tinha água sobrando e também dinheiro não faltava, porque no dia em que eu saí do DMAE deixei R\$ 40 milhões em caixa. Onde é que foi esse dinheiro? O que foi feito? O que foi pensado? Na verdade, senhoras e senhores, aqueles que nos assistem, o DMAE, a exemplo do DMLU, sofre um desmonte, porque as pessoas mais competentes estão afastadas, os técnicos de qualidade estão sem o que fazer, porque a atual direção não permite. E, lamentavelmente, o povo está pagando pela falta de água, pela incompetência, pela falta de prioridade, pela falta de critério político e por não valorizar os cortes funcionais do DMAE. Lamentavelmente acontece isso! Nós já vimos as bandalheiras que acontecem no PISA; morte de operários, inclusive, por causa deste tipo de coisa: falta de critério na avaliação dos projetos. Mas a falta de planejamento, a falta de prioridade, a falta de escolhas políticas leva a que o povo sofra com a falta de água. Isso não pode acontecer, porque o DMAE foi uma empresa exemplar, uma autarquia modelo. Infelizmente, hoje não é mais. Obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, meus senhores e minhas senhoras, serei muito

breve. Eu fui Diretor do DMAE duas vezes, fui Secretário de Obras, de Transportes, assessor, engenheiro, fui muita coisa na Prefeitura, inclusive Prefeito. Agora, uma coisa eu aprendi: todos os cargos eu exerci para servir, e quem serve não faz crítica sem levá-la ao conhecimento daquele departamento onde serviu – pelo menos eu penso assim. O Ver. Todeschini serviu ao DMAE; ele deveria procurar o DMAE, dizer das suas falhas e até apontar as suas soluções, uma vez que é o emérito engenheiro Atílio Todeschini. Ele deveria fazer não uma crítica contundente, mas, sim, dirigir-se ao seu departamento! Ele deve ter deixado um pedaço do seu coração lá, como eu deixei. É assim que se faz: quem serve primeiro dá explicação, orienta, tenta ajudar. Agora, se não for recebida a sua ajuda, aí sim pode até criticar. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Nilo Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. NILO SANTOS: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher, desejo um ótimo retorno seu a esta Casa; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhores e senhoras, nós reconhecemos que neste ano, Ver. DJ Cassiá, nosso Líder, será um ano de muita discussão. Será um ano onde nós estaremos pensando o que foi feito, o que foi deixado de fazer. Será um ano para nós, parlamentares, mantermos o equilíbrio, até mesmo porque todos os governos cometem os seus equívocos, cometem os seus erros, porque um prefeito não trabalha sozinho, ele trabalha com o seu secretariado. Ver. Mauro Pinheiro, todos os prefeitos que passaram por esta Cidade, tanto do seu Partido quanto de outros partidos, tiveram dificuldade em realizar algumas obras na Cidade, exatamente porque isso depende do secretariado. Mas, no geral, nós temos que reconhecer que o Prefeito Fortunati tem feito um excelente trabalho dentro da nossa Capital. Algumas Secretarias podem ter as suas falhas, os seus defeitos, as suas deficiências, mas no geral, Ver. Todeschini, o trabalho do Prefeito Fortunati tem sido ótimo. Ver.^a Sofia Cavedon, a senhora que teve seus dias de Prefeita tem a sua cota de participação nesse grande trabalho. Tanto que, quando a senhora assumiu a Prefeitura por alguns dias, talvez pela emoção,

elogiou muito o Prefeito Fortunati. A senhora tanto concordou que o Governo dele era bom que foi capaz de dizer que estaria apenas dando continuidade, que não faria grandes alterações – Tânia, nossa assessora da Saúde, e Pitol –, exatamente porque concordava com a forma como a Cidade está sendo governada.

Ver. DJ Cassiá, nosso Líder, é claro que não há como realizar todas as obras que a Cidade necessita, até porque a Cidade está virada num canteiro de obras. Nós não vamos transformar a Cidade da noite para o dia! Ver. João Dib, que já foi Prefeito desta Capital, uma Cidade deste tamanho, com a quantidade de pessoas que habitam nela, não se altera em dois, três, quatro, cinco, seis anos, Ver. Cecchim! Isso leva muito tempo! Na realidade, isso é uma composição de vários governos. Hoje está aí o Prefeito Fortunati, amanhã poderá não estar, ou poderá se manter. Mesmo se mantendo, não conseguirá realizar todas as obras que a nossa Capital necessita.

Dentro do DMAE, Ver. Todeschini, o senhor que foi Diretor-Presidente não conseguiu resolver todos os problemas, porque a Cidade evolui, é um organismo vivo. Novos problemas surgem, novos problemas surgirão depois da Copa, Ver. Tarciso. Além dessas obras que virão, outras se farão necessárias, porque é assim, a Cidade é um organismo vivo, a Cidade não é um objeto que você vai lá e molda, e está pronto. Não, isso vai se transformando todos os dias. É como num mercado, Ver. Mauro Pinheiro: tem que estar sempre abastecendo o estoque, as prateleiras, contratando gente e demitindo gente. É assim que funciona a Cidade!

Mas, no geral, Ver. Todeschini – eu espero que o senhor se manifeste nesta tribuna, em breve –, olha o passo grandioso do DMAE com relação ao Socioambiental, com relação à despoluição do Guaíba. Aí vão dizer: “Ah, mas está demorado.” Mas aquilo é uma grande obra, uma obra que vai mudar o futuro da Cidade, uma obra que vai ficar para os filhos, para os netos, bisnetos, e isso precisa ser reconhecido. Então, a oposição tem que manter uma ética e reconhecer também as qualidades do trabalho realizado por este Governo e pelo Secretariado, Ver. Luciano Marcantônio. Então, sempre que for feita a crítica, é muito mais interessante para a população e para quem fizer a crítica

apresentar o bom e dizer: “Eu estou preocupado em auxiliar para corrigir as falhas também.” Obrigado, senhoras e senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, senhoras e senhores Vereadores, na quarta-feira de Cinzas, o meu parente Ver. Todeschini já veio afiado, embora seja um momento de oração para todas as religiões, uma preparação para a Páscoa, e eu também não quero aqui sair muito disso, mas preciso colocar algumas coisas.

Ver. Todeschini, o senhor entende muito mais do que eu de DMAE, e tenho certeza de que, em sua administração no DMAE, podem ter ocorrido erros e acertos, mas sempre na intenção de acertar. Vossa Excelência deixou lá R\$ 40 milhões, segundo o seu pronunciamento, mas deixou a obra por fazer. Foi uma opção sua. Então, assim fica muito fácil. O senhor optou pelo caixa, por ser mais tesoureiro do que fazer a obra. Eu respeito isso, foi uma opção. Mas falta água na Restinga, falta água na Lomba do Pinheiro, e Vossa Excelência sabe que, muitas vezes, quando falta água, é porque faltou luz. Eu poderia vir aqui reclamar da CEEE, da Diretoria da CEEE, que ainda não se ambientou, que está ainda com alguns problemas, porque não é fácil treinar e colocar a companheirada lá para administrar. Isso é normal em qualquer Governo. Na Restinga, há muito tempo, por exemplo, desde os Governos anteriores, não só agora, assim como no Governo do Rigotto, depois com a Yeda, estamos com problema de energia na Restinga. O Distrito Industrial da Restinga não precisava de energia, porque, durante os 16 anos do PT, instalaram-se lá três ou quatro empresinhas! Aí veio o Governo do Fogaça e trouxe aquele – eu participei disto com muita honra – monte de empresas para lá, somam 30, aproximadamente, e começou-se a consumir muito mais energia. Está faltando energia no Parque Industrial da Restinga. O Secretário Valter está com este problema hoje: há empresas querendo ir para o Distrito Industrial da Restinga,

mas ele não conseguiu colocar nenhuma empresa lá por falta de energia, porque a CEEE não leva energia para lá!

Eu acho que, com esses R\$ 4 bilhões que o Governo fica vociferando por aí que tem dinheiro, tem dinheiro, mas eu não vejo o dinheiro. Já inauguraram umas oito vezes o programa de asfaltar os acessos para os Municípios, as ligações asfálticas, e nada aconteceu. Ele não consegue dar o aumento para ninguém e tem dinheiro em caixa! Eu não sei o que ele quer fazer: se ele está esperando aproximar-se mais a eleição deste ano e do ano que vem... Provavelmente, mas eu acho que ele não vai fazer isso, ele é o Governador de todos os gaúchos! Ele não vai fazer isso, não é, Ver. Brasinha? Aproveitar a eleição para gastar esse monte de dinheiro para fins eleitoreiros! O Governador tem que fazer isso para organizar o Rio Grande, para organizar as finanças do Rio Grande, organizar o funcionalismo público, fazer com que a CEEE tenha a responsabilidade de colocar a energia, para não faltar água. Eu acho que o Ver. Todeschini deve ter se informado disto, ou não, mas eu gostaria que, da próxima vez, quando faltar água, se veja antes se não faltou luz, porque, quando falta luz, para tocar a bomba do DMAE, falta água. Isso é mais antigo do que quando Roma fazia vir água por declive.

(Aparte antirregimental.)

O SR. IDENIR CECCHIM: É muito ruim, a CEEE ficou... O senhor sabe que, para encher os canos, demoram alguns dias. Eu acredito em V. Exa., não precisa nem me mostrar papel, eu acredito, o senhor é um Vereador sério. Mas nós temos que ver isso; o ovo e a galinha não nasceram juntos, e a discussão continua. E nós também temos que saber por que a CEEE desliga tanto a energia. Já faz um ano da nova Diretoria, faz um ano, e nunca se teve tanto desligamento de luz como houve neste verão agora. Quase um apagão pelo Rio Grande! Ainda bem que o Rio Grande – ainda bem para os pessimistas! – não cresceu tanto como deveria crescer, porque, senão, o caos estaria estabelecido. Está faltando energia elétrica, e o Rio Grande, com tanto dinheiro no bolso, como diz o Governador, e com tanta falta de projeto e de

administração correta para ajeitar essas coisas. Então, vamos esperar... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Obrigado, Presidente Mauro Zacher, colegas Vereadores, cidadãos, cidadãs de Porto Alegre, quero aproveitar o tempo de Liderança para anunciar uma iniciativa importante da Prefeitura, através da Secretaria de Planejamento Municipal, que serão as Audiências Públicas, que discutirão as Leis que vão delimitar os novos bairros de Porto Alegre. São Audiências Públicas que vão iniciar no dia 28 de fevereiro, e os trabalhos se concretizarão no dia 27 de março.

E quero, a pedido do nosso Secretário de Planejamento, Ver. Márcio Bins Ely, anunciar esta importante iniciativa que vai ao encontro, principalmente, dos movimentos sociais de nossa Porto Alegre, principalmente, respeitando as demandas das lideranças, delegados e conselheiros do Orçamento Participativo, para que tenhamos o cidadão da localidade cada vez mais respeitado, contemplado e inserido na nossa Porto Alegre.

Então, está de parabéns a Secretaria de Planejamento por esta proposta, no sentido da consolidação das leis vigentes, criação, delimitação e denominação dos bairros.

Para nós, da gestão Fogaça/Fortunati, falar do DMAE é algo que nos deixa muito à vontade, porque na nossa Capital, em termos de água tratada, nós vamos ter 80% do nosso esgoto tratado. Isso vai fazer com que, em breve, tenhamos de volta a possibilidade de nos banharmos no lago Guaíba. Isto é uma conquista maravilhosa, esperada há muitas décadas pela população de Porto Alegre, e vai ao encontro da qualidade de vida, do esforço de fazer com que as nossas políticas de desenvolvimento sejam sustentáveis, tenham sempre o cuidado e a preocupação com o meio ambiente, algo que, cada vez mais, os povos se dão conta da importância de crescermos de forma sustentável.

O DMAE está fazendo o seu trabalho, com muita responsabilidade e competência, capitaneado pelo seu presidente Bresser. E tenho certeza de que esta conquista de nós termos, aproximadamente, 80% do esgoto tratado, em Porto Alegre, vai fazer com que esta gestão – que foi liderada pelo Prefeito Fogaça e, agora, tendo continuidade pelo Prefeito Fortunati – tenha a grande marca em relação à responsabilidade das políticas públicas com o tratamento da água e do esgoto.

Sobre a CEEE, nós sabemos, claro, que ela também tem problemas, assim como todas as áreas têm problemas, a CEEE, do Governo do Estado, do Governador Tarso Genro, mas cabe, cada vez mais, à CEEE é fazer como a Prefeitura de Porto Alegre consegue realizar: buscar as soluções com o conjunto da comunidade. Tenho certeza de que a nossa bela Restinga, que está de parabéns, porque venceu o carnaval... Está aqui o Ver. Pujol, que sempre teve uma história alinhada com o carnaval e, principalmente, com a Escola Restinga; também o Dr. Thiago que tem uma participação importante nesse processo; o Ver. Comassetto; o Ver. Mario Fraga não está presente, mas também é da região; o Ver. Haroldo, todos os Vereadores... Mas o mais importante, pessoal, é nós sabermos que a política realizada pelo Governo Fortunati, que é integrada pelos movimentos sociais, faz com que essas crises que acontecem, localizadas em algumas regiões de Porto Alegre, sejam resolvidas lá na comunidade, através do diálogo. E, por isso, nós temos hoje um Governo alinhado, um Governo em parceria, um Governo que tem que superar barreiras, mas que as supera com diálogo, através de uma decisão em conjunto com os movimentos sociais. Parabenizo a Restinga, tive a honra de participar numa ala e dizer que fiquei muito contente, alegre e feliz em fazer parte dessa grande vitória. Parabéns ao povo da Restinga. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Luiz Braz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. LUIZ BRAZ: Ver. Mauro Zacher, Presidente desta Casa; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras e senhores; o discurso do Ver.

Todeschini me trouxe para esta tribuna porque o Ver. Todeschini foi Diretor do DMAE e disse que deixou, em caixa, R\$ 40 milhões. Se nós sabemos qual é a arrecadação do DMAE, que é uma arrecadação muito boa, é praticamente um terço daquilo que arrecada toda a cidade de Porto Alegre, então, realmente, é um caixa razoável. Só que, com R\$ 40 milhões, eu perguntaria para o Ver. Todeschini, que é um Vereador muito competente, por que não fez a obra que as pessoas estão esperando. Afinal de contas...

(Aparte antirregimental do Ver. Carlos Todeschini.)

O SR. LUIZ BRAZ: Ah, naquela época sobrava água! Aí vem outro problema, Ver. Brasinha. Algumas pessoas ligadas a determinados Partidos, inclusive ao Partido do Ver. Todeschini, e eu não estou dizendo que é o Ver. Carlos Todeschini, mas algumas pessoas, inclusive Vereadores desta Casa, incentivaram durante muitos anos as pessoas a ocupar regiões altas da Cidade, topos de morro. E nós temos a nossa legislação que não permite a ocupação de topos de morro, mas nós temos vários morros na Cidade que estão ocupados até a sua última cota. Ora, essas pessoas estão lá não porque elas queriam, mas porque foram incentivadas a ir para lá, pois ganharam um pedaço de terra que não podiam ter ganho, porque a legislação não permite. Mas agora que elas estão lá precisa levar água, precisa levar esgoto, precisa levar toda a infraestrutura necessária para que lá elas possam permanecer. E, agora, como é que vai se fazer para levar essa infraestrutura? Tudo isso custa muito caro. Eu falava com o Ver. Beto Moesch, que é um Vereador conhecedor dessa legislação do meio ambiente, principalmente dessa que faz com que os morros possam ter uma disciplina, e ele me dizia que, aqui em Porto Alegre, a nossa legislação permite; eu não sei se é um terço ou 50%, mas é por aí. Só que, se nós pegarmos o Morro dos Bombeiros, ele está ocupado, praticamente, até a última cota. Aliás, boa parte do Morro da Polícia está ocupada praticamente até a última quota. Ora, como fazer? É claro que o mais humano seria pegar aquelas pessoas que estão nessas regiões irregulares e dar a elas uma habitação numa região onde fosse possível viver de uma forma melhor. Mas como nós vivemos num País onde pode tudo... E esses que, às vezes, até

se elegeram, conseguiram votos levando essas pessoas para as regiões mais altas, eles também não deveriam ser punidos? Eles se beneficiaram incentivando essas pessoas a cometer irregularidades. Mas, não, Ver. Pujol! Eles são hoje Deputados, Vereadores, hoje são pessoas que estão em cargos altos porque incentivaram ilicitudes. E essas ilicitudes estão custando muito caro para o Poder Público. Isso aconteceu, continua acontecendo infelizmente, e a nossa legislação, principalmente com esses expoentes da nossa sociedade que incentivam o descumprimento da lei, é muito complacente.

Então, eu acredito que o que nós precisamos é fazer um estudo de tudo aquilo que está errado hoje, principalmente na ocupação do solo, e ver como é que vamos corrigir tudo isso. Se tem uma comunidade numa região que está praticamente irregular, como é que vamos levar água até lá, como é que vamos levar esgoto até lá? Será que não seria melhor ver como fazer para que essas pessoas fossem colocadas em outro local, para deixar essas cotas dos morros vazias... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa-tarde, Sr. Presidente Mauro Zacher, Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste; em nome da Bancada do PSD – Ver. Nelcir Tessaro, Ver. Bernardino Vendruscolo –, primeiramente, gostaria de parabenizar o carnaval de Porto Alegre, todas as escolas, que fizeram bonito na avenida. Isso mostra que, a cada ano, o carnaval evolui. Meu querido Ver. Comassetto, parabéns pelo desfile! Parabéns a todos os Vereadores que passaram na avenida desfilando nas suas escolas do coração! Parabéns ao Estado Maior da Restinga – ao Preto, ao carnavalesco Paulo Jorge; parabéns também à comunidade da Restinga pelo belíssimo primeiro lugar! Eu estive na avenida, vi detalhe por detalhe; que maravilha, que carnaval bonito! Também quero agradecer à Praiana – ao Presidente Humberto Reis, o Beto; aos carnavalescos Sérgio Alves, Cleo, ex-jogador do Inter; ao Miro, que, mais uma vez, me convidaram para desfilarmos. Quero também parabenizar a

Praiana por nós retornarmos ao Grupo Especial. Parabéns para o carnaval de Porto Alegre!

Mas o que me comoveu, o que me trouxe aqui nos meus cinco minutos, Bernardino e Haroldo de Souza, foi o depoimento muito chocante do Preto, no momento em que ele recebia o troféu do bicampeonato da Restinga; foi um depoimento daqueles que a gente para e começa a pensar. Ele pede para nós, Vereadores, para o nosso Prefeito, pelo sambódromo. Quatro dias antes, estivemos visitando todos os barracões, os camarotes. É impossível vender camarotes para turistas assistirem ao desfile das escolas de samba de Porto Alegre, onde passaram mais de 15 mil pessoas. Isso é sinal de que, em Porto Alegre, o carnaval evolui, cresce, mas precisa de bons camarotes, Bernardino, para que o turista, os nossos vizinhos uruguaios e argentinos possam vir assistir a este carnaval maravilhoso, que nada perde para o do Rio de Janeiro e o de São Paulo: alas maravilhosas, carros alegóricos maravilhosos, um carnaval de primeira, principalmente o Grupo A. E à Restinga, parabéns mais uma vez, parabéns mesmo! Nós, Vereadores, temos um compromisso no ano que vem, quem ocupar essas cadeiras aqui, o compromisso de olhar com um olhar mais profundo para o Sambódromo de Porto Alegre. Eu acho que o nosso carnaval pode ser muito, muito melhor do que já é! Esse depoimento do Preto me levou a pensar muito, porque eu sou um cara que gosta do carnaval, frequenta o carnaval, sou folião. Agora estou falando em nome daqueles que adoram o carnaval, que adoram estar na avenida, que adoram, de alguma maneira, passar junto com as suas Escolas. Então, parabéns, parabéns mesmo ao carnaval de Porto Alegre, parabéns às Escolas campeãs! E parabéns àquelas outras Escolas que não conseguiram; no ano que vem, continuem fazendo, buscando para que o nosso carnaval seja lindo, e para que possamos trazer, Comassetto, muitos turistas para Porto Alegre. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; quero, antes de mais nada, cumprimentar o Ver. Tarciso pelo seu excelente pronunciamento, até mesmo pela direção que tomou, enfatizando como tema central a manifestação do Presidente da Estado Maior da Restinga, bicampeã do carnaval de Porto Alegre, que faz um apelo para que se criem, definitivamente, os equipamentos necessários para a consumação do Complexo Cultural do Porto Seco. V. Exa. foi extremamente inteligente no enfoque principal que deu ao seu pronunciamento, porque, realmente, eu não consigo entender por que, há mais de dez anos instalado o Complexo do Porto Seco, continuamos a enfrentar a mesma situação que enfrentávamos antes, com o monta e desmonta dos equipamentos todo ano, não criando – V. Exa. tem razão – espaços adequados na avenida, para que, com razoável conforto, possa se trazer alguma pessoa para entusiasmar na participação no carnaval da Cidade.

Então, eu quero, Vereador, ser absolutamente solidário com o seu pronunciamento. Acho que, nesta hora de vitória da Restinga, o Presidente da Escola teve essa atitude absolutamente conseqüente de quem quer ver se consolidar realmente um carnaval aqui em Porto Alegre, com condição de se transformar em uma festa popular no mais amplo sentido da palavra, porque festa popular não é ter um monte de gente em torno do Sambódromo, sem conseguir entrar, sem conseguir participar, batendo palmas para a passagem preliminar das escolas, quando estão na concentração ou na dispersão.

Além do mais, eu queria acentuar um fato que passa despercebido, no geral. Eu tinha, como patrono histórico da escola de samba Estado Maior da Restinga, razão suficiente para ficar no discurso laudatório ao grande trabalho realizado pelo Preto e seus companheiros de trabalho, que fizeram uma ação permanente, que acabou sendo reconhecida pelo corpo de jurados, até, no meu entendimento, por uma margem muito pequena de diferença, pois poderia ter sido maior, mas o que importa é que esse título está conquistado e que o cisne, mais uma vez, vai levantar a taça, como diz o nosso samba-enredo.

O que quero salientar, Ver. Tarciso, é que o Guaianases foi a tribo vitoriosa neste ano. Só há duas tribos em Porto Alegre. Quando eu vejo o carnaval no Maranhão ter o *reggae*; quando eu vejo o carnaval no Amazonas ter o *bumba-*

meu-boi; quando eu vejo o carnaval da Bahia ter o *axé-music*; quando eu vejo o carnaval do Recife ter o maracatu, eu sinto que nós deixamos escapar uma caracterização que só o carnaval porto-alegrense tinha: era o desfile das tribos. Hoje, só há duas tribos carnavalescas: os Guaianases e os Comanches. Antigamente, havia as tribos Bororós, Caetés, Xavantes – chegou até ter dez tribos aqui em Porto Alegre. Hoje, só há duas. E, se não cuidar, essas duas também não vão resistir.

Então, eu acho que há algumas situações que nós temos que trabalhar no sentido de fazer com que o nosso bom carnaval não seja uma mera cópia do carnaval do Rio de Janeiro, com as valorizações que, lá, tradicionalmente são feitas. Nós temos que introduzir algumas coisas de valorização das marcas regionais do nosso carnaval. E, para isso, não vai faltar talento, entusiasmo, espírito participativo daqueles que amam a verdadeira festa popular, que é marcada pela mais ampla participação da população. Quando se reduz esta participação, começa-se a desfigurar esse grande acontecimento sócio-recreativo que a Nação brasileira consagrou, fazendo com que ele se expandisse por todo o mundo. Temos que buscar algumas coisas dos nossos velhos carnavais. É o meu desejo.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Presidente, eu não poderia deixar de agradecer pela segurança no Porto Seco, que foi espetacular. A Brigada...

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Os Bombeiros também, Vereador.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: A Brigada, a EPTC; estão de parabéns, uma segurança perfeita.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste pelo Canal 16, público

das galerias, quero começar dizendo, Ver. João Dib, que é bom ver o Ver. Nilo Santos, essa grande liderança do PTB, subir aqui e admitir que há problemas em algumas Secretarias, que todas as Prefeituras enfrentam alguns problemas. É importante saber disso, mas quero lembrar que, se existem problemas nas Secretarias, o responsável é o gestor, o grande gestor. O maestro da Prefeitura Municipal é o Prefeito e ele tem responsabilidades em cima de todas as Secretarias.

É bem verdade que existem algumas coisas que acontecem de bom para a Cidade e quero dizer que é responsabilidade do Prefeito e dos Vereadores da base anunciar as boas para a Cidade, e eu quero escutar, quero saber o que está acontecendo na mobilidade urbana, o que está acontecendo no DEMHAB – somos todos ouvidos aqui para escutar. E nós, da oposição, temos a responsabilidade de fiscalizar e mostrar os problemas da Cidade. Esperamos que o Governo nos diga o que está fazendo para resolvê-los, porque o grande gestor, o grande maestro da Cidade de Porto Alegre é o Prefeito José Fortunati.

Pois bem, nós tivemos alguns problemas na Cidade: de um lado da Cidade, Ver. João Antonio Dib, nós tivemos a falta de água durante mais de uma semana, não há água nas torneiras da Zona Sul, na Vila Pitinga, no Bairro Restinga, no Bairro Lomba do Pinheiro e várias outras comunidades têm problema de água há mais de uma semana. E aí eu tenho que vir aqui cobrar e temos que cobrar, Ver. Todeschini, a falta de água e o que a Prefeitura fará para resolver esse problema e o porquê deste problema, Ver. João Antonio Dib.

Por outro lado, hoje choveu e tivemos problema de água em excesso em alguns bairros e vilas de Porto Alegre. O Ver. Todeschini até nos trouxe algumas fotos da Vila Farrapos, onde esteve hoje de manhã. (Mostra fotografias.) A Casa de Bombas nº 5 da Vila Farrapos, próxima à Arena, inundada! Mas a Casa de Bombas está inundada, Ver. Todeschini?! Ninguém conseguiu apertar o botão para fazer funcionar e tirar água das ruas da Vila Farrapos, Ver. João Antonio Dib?! Qual é o problema? Quando se fala em falta de gestão, é isso! Gestão é ter alguém responsável para resolver o problema da Cidade. Aqui é a Casa de Bombas, Ver. João Antonio Dib, da Vila Farrapos,

está inundada! (Mostra fotografia.) A própria Casa de Bombas – não são nem as ruas, Ver. João Antonio Dib! Isso é gestão. E aqui temos outras fotos (Mostra fotografias.) do Entrada da Cidade, de alagamentos, porque choveu. A Arena do Grêmio está alagada, Ver. Brasinha.

Também fui chamado, estava em outro ponto da Cidade, Ver. João Antonio Dib, na Vila Minuano, no Bairro Sarandi, na Vila Elizabeth, e lá, o Governo Federal, o Presidente Lula esteve em 2006, prometeu recursos; os recursos estão na Caixa Econômica Federal. A Prefeitura já começou uma obra de R\$ 3,5 milhões para atender 25 mil pessoas na Zona Norte de Porto Alegre. E, infelizmente, lá havia uma placa muito bonita que dizia o seguinte: “R\$ 3,5 milhões, Ministério das Cidades, Governo Municipal, Prefeitura de Porto Alegre, limpeza dos arroios, muro de contenção”. O que aconteceu? O término da obra, Ver. Pedro Ruas, previsto para junho de 2010, nós estamos em fevereiro de 2012; a placa não existe mais, e a obra também não foi realizada. E aí choveu, e choveu forte! E o que aconteceu? Aqui está o arroio Sarandi, Ver. João Antonio Dib. (Mostra fotografia.) Transbordou, as casas ficaram inundadas. Por quê? Porque a obra não foi realizada. E isso é falta de gestão; tem dinheiro, tem recurso, tem projeto e o projeto não foi executado. A responsabilidade é do DEP? É do DEP, mas é do Prefeito Municipal, que é o grande maestro da Cidade. Casas inundadas por falta de serviço não realizado, quando há verbas. (Mostra fotografia.) Aqui podemos ver o Posto de Saúde inundado; o Conselho Tutelar inundado – falta de obra não realizada. No Mercado, as pessoas lavando o Mercado, tirando água: prejuízo nos comércios – obra não executada! Falta de gestão da Prefeitura Municipal de Porto Alegre... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, minhas senhoras e meus senhores, eu acho que a crítica do Ver. Mauro Pinheiro é mais política do que realmente técnica. É verdade que o

arroio Sarandi transbordou, mas ele transbordava antes também, não foi agora que ele foi transbordar, e eu nunca ouvi o Ver. Mauro Pinheiro reclamar antes. Mas, de qualquer forma, eu quero dizer que algumas Casas de Bombas não funcionaram porque a CEEE – que merece parabéns porque recebeu, ou vai receber, indenização de R\$ 4 bilhões, e vai investir em energia elétrica – tem falhado muito. E muito mesmo! Sábado à tarde, cidade vazia, nenhuma ventania, nenhum problema de consumo excessivo e no meu prédio faltou luz por três vezes. Eu quis descer do quarto andar, onde moro, e evidentemente eu não desci. E até, depois, quando voltou a energia, eu disse: “Eu não desço, porque depois pode faltar de novo e eu não subo”. Então, vamos dividir as responsabilidades das casas de bombas entre a CEEE e o botão que, segundo o Ver. Mauro Pinheiro, não foi apertado. É que não adiantava apertar o botão. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): (15h44min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em votação o Requerimento nº 006/12. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 042/10. (Pausa.) O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para discutir o PLL nº 042/10.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, meus senhores e minhas senhoras, em primeiro lugar, eu quero cumprimentar o Ver. Alceu Brasinha por sua preocupação para que haja melhoras no trânsito da nossa Cidade. Eu acho que talvez ele pudesse começar a lutar pelo escalonamento de horários, o que melhoraria, e muito, todo o trânsito da nossa Cidade, especialmente o transporte coletivo urbano. Mas, de qualquer forma, por melhor que seja a

intenção do Ver. Brasinha, o Projeto não atende às possibilidades que a Câmara tem de legislar. Isso é uma alteração numa lei federal, que é o Código Nacional de Trânsito, respeitado em todo o País, e não pode ser feita sem mais e nem menos. Aliás, o Ver. Waldir Canal, num belíssimo Parecer, exauriu todas as possibilidades de aprovação, e todas as Comissões, com exceção de uma, foram pela rejeição do Projeto.

Mas eu vou simplificar. Eu tenho em mãos o Código Nacional de Trânsito, que diz, no seu art. 61 (Lê): “A velocidade máxima permitida para a via será indicada por meio de sinalização, obedecidas suas características técnicas e as condições de trânsito. § 1º Onde não existir sinalização regulamentadora, a velocidade máxima será de: I – nas vias urbanas: a) oitenta quilômetros por hora, nas vias de trânsito rápido; b) sessenta quilômetros por hora, nas vias arteriais; c) quarenta quilômetros por hora, nas vias coletoras; d) trinta quilômetros por hora, nas vias locais”.

Evidentemente o Código Nacional de Trânsito também define o que é uma via de trânsito rápido (Lê): “Via de trânsito rápido é aquela caracterizada por acessos especiais com trânsito livre, sem interseções em nível, sem acessibilidade direta aos lotes lindeiros e sem travessia de pedestres em nível”. Isto me parece que põe fim ao Projeto do Ver. Brasinha. Nós não temos nenhuma via que o pedestre não atravessasse em nível. Nenhuma! E nem vou falar dos acessos. Apenas nós temos ruas que podem ter até 60 quilômetros por hora e não mais do que isso. Portanto, eu acho que a ideia de tentar melhorar o trânsito é importante, mas precisamos de um sistema viário novo, bem-estudado, e talvez ajudando muito o escalonamento e horário. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 042/10.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero, antes de mais nada, chamar a atenção da Casa para um grave equívoco na tramitação deste Projeto de Lei. Este Projeto, Ver. Cecchim,

inicialmente foi submetido à Comissão de Constituição e Justiça, que é o caminho inicial da análise nas Comissões Temáticas, e lá mereceu um Parecer favorável de nossa parte. Pouco releva dizer o que está escrito no Parecer neste momento. O que releva é que este Parecer, além do nosso voto favorável como Relator, teve o voto favorável do Presidente da Comissão da época, o Ver. Pedro Ruas, e do Ver. Bernardino Vendruscolo, que disse que no mérito votaria contra, mas que votaria a favor do Parecer, e finalmente o do Ver. Luiz Braz. Esses três votos favoráveis e mais o nosso voto dariam quatro votos contra três contrários, o da Ver.^a Maria Celeste, o do Ver. Mauro Zacher e ainda o do Ver. Waldir Canal. Por equívoco, ele foi dado como rejeitado. Pelo nosso Parecer, ele foi aprovado. Não teria surgido, Ver. Dib, esse maravilhoso Parecer do Ver. Canal se levasse em conta que efetivamente o primeiro Parecer foi aprovado e não rejeitado. Equivocadamente houve um segundo Parecer.

Então, eu fico com dificuldade para, neste espaço pequeno de tempo de que disponho, justificar com clareza por que eu sustentei, Ver. Brasinha, a legalidade da sua proposição, de vez que não podemos fazer, pura e simplesmente, uma análise ortodoxa das disposições da Constituição Brasileira, da Lei Orgânica Municipal, do Regimento da Casa, e sim uma interpretação contextual. A lei interpretada em seu texto é um erro; a lei tem que ser interpretada em seu contexto. Ora, se temos condições, se compete ao Município regular a utilização das vias urbanas, se isso é competência do Município, como vamos dizer que uma Resolução do Contran pode impedir um legislador, no seu legítimo direito, de tentar regular a matéria? Ora, se ao Município cabe estabelecer esses 60, 50, 40 ou 30 km/h, a esse mesmo Município compete estabelecer, se assim entender adequado, 70 km/h como o máximo permitido. Isso poderá inclusive sanar, Ver. Luiz Braz, algumas incongruências que o cotidiano registra. Se o senhor chegar em Porto Alegre vindo por Viamão, aquela rodovia, a RS-1, ao atravessar a ponte, a menos de um quilômetro, a 500 metros abaixo, há um “pardal” nos esperando. Então, você chega ali, rodando a mais de 70 km/h – o que é absolutamente permitido numa rodovia – e, de uma hora para outra, passa pelo “pardal” e ganha uma multa, por estar a 66 km/h, 67 km/h, 69 km/h, 70 km/h ou 71 km/h. Isso é uma

incongruência. Ou, Ver. Elói Guimarães, há competência de o Município regular a utilização das suas vias públicas, e essa não pode ser restritiva, ou não existe. O que alega o Parecer prévio é de que uma Resolução do Contran impediria que se legisse nesse sentido. Ora, chegaremos a um momento em que vamos ter a necessidade de restabelecer a hierarquia das leis. Aqui no Brasil, uma Portaria do Ministério da Previdência Social vale mais do que a Constituição Brasileira. Não, vamos acabar com isso! Há necessidade de se estabelecer a hierarquia da lei.

Eu quero, Ver. Braz, dizer que, lamentavelmente, eu tenho pouco tempo para discutir esta matéria, mas acredito nos seguinte: não se escondam atrás do biombo da inconstitucionalidade para votar contra a proposta do Ver. Brasinha. Eu vou votar a favor. Eu sou municipalista, acho que nós, Vereadores, temos que cuidar das nossas coisas na Cidade. Ver. Brasinha, se 70 km/h é uma demasia, eu quero descer de 60 km/h para 50 km/h! Que não se venha com esse rótulo amplo da inconstitucionalidade, porque fica muito fácil, assim a gente não precisa sustentar as posições. Eu acho que o Ver. Brasinha tem razão: há condições legais de propor essa matéria, está disposto sobre matéria de competência do Município, está inserido no rol das matérias do art. 58, cabe aos Vereadores dispor. E, nessas condições, essa tensão poderá efetivamente gerar, Ver. Haroldo de Souza, algumas discrepâncias no mérito. Pode alguém entender que 70 km/h numa área como a Av. Bento Gonçalves é excesso, isso eu respeito, mas não se diga que o Ver. Brasinha, na sua sensibilidade, errou ao propor uma matéria inconstitucional. Não é! Há ampla possibilidade de analisar a proposta no contexto amplo da legislação municipal, de se abrigar, sobre a lei, a proposta do Ver. Brasinha, ensejar a Casa e aí, sim, incida sobre o mérito. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para discutir o PLL nº 042/10.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, realmente, Ver. João Dib, o senhor fala que

meu Projeto é inconstitucional, mas quero lhe dizer que eu só quero legalizar uma coisa que já existe, e existe mesmo. É só qualquer Vereador aqui sair na rua, onde sinaliza 60 km/h, eu quero ver se ele anda a 60 km/h. Não anda, não anda! A pessoa que fala é hipócrita! É hipócrita! Porque não vem querer bater num negócio que já existe, eu, simplesmente, estou propondo para legalizar.

Ver. Dib, quando tem um pardal, o cidadão não passa a 60 km/h, ele passa a 40 km/h, porque ali tem um pardal que vai faturar! E aí, quando passou o pardal, tu vais atrás dele e vai ver que ele não está a 60 km/h. Há poucos dias fui criticado por um jornaleco – não era um jornal de qualidade –, eu, por acaso, estava passando na Av. Ipiranga num pardal, e o carro da frente, quando passou pelo pardal, já estava a 70 km/h, eu não andei mais porque não quis. E aí é fácil criticar!

Quem sabe, então, como Curitiba, Ver. Bernardino, Florianópolis, Rio de Janeiro, São Paulo, Ribeirão Preto? Em Florianópolis, Santa Catarina, na Beira-Mar, por exemplo, é 70 km/h, meu amigo, e o fluxo de carro é enorme. A 70 km/h não acontecem acidentes, não acontecem! Os acidentes acontecem a mais de 100, 120 km/h. Há 35 anos que ando, dia a dia, e ando mesmo, na Cidade, meu amigo. Eu não estou propondo para todas as vias, mas algumas vias, por exemplo: a Av. Ipiranga; a 3ª Perimetral; a Av. Bento Gonçalves, na saída para Viamão; a Av. Assis Brasil, na saída para a *freeway*. Não estou querendo botar um trânsito mais rápido dentro da Cidade, mas, sim, em alguns locais. Aqui, na Av. Diário de Notícias, na frente do BarraShoppingSul, Ver. Mario Manfro, as pessoas criticam. Eu tenho recebido vários e-mails, centenas de mensagens favoráveis ao meu projeto, se quiserem ver, mostro para todo mundo. Podem ter certeza absoluta que as pessoas que criticam são as que andam mais. Eu já disse que vou comprar um pardal e carregá-lo comigo, para mostrar a velocidade desses que me criticam e andam na Cidade. Cuidem-se do Brasinha, porque o Brasinha está atrás de vocês, podem ter certeza absoluta, eu vou andar, porque eu proponho um projeto, no qual, simplesmente, eu quero melhorar. Quantos dos senhores aqui já pagaram multa a 67, 68 km/h? E aí me criticam.

Eu quero dizer que tenho a maior admiração pelo meu querido amigo Vanderlei Cappellari, que é um dos Secretários mais extraordinários desta Cidade,

juntamente com o meu querido amigo Carlos Pires, e eu confio, com absoluta certeza, no trabalho deles. E o Vanderlei já se manifestou: quem sabe alguma via pode ser favorável? Então, meus amigos, o que falta para nós? Eu acho que nós temos que sair e admitir o que a gente faz no dia a dia. Porque eu quero ver alguém que faça e venha aqui e diga que faz. Eu não me escondo atrás de nada, venho, digo, faço e pronto. Eu sou Vereador para isso, sou Vereador para pedir voto, sou Vereador para votar contra, sou Vereador para dizer o que eu penso. E o que eu penso? Que a Cidade está trancada, precisa, sim, melhorar o trânsito. Por que a Av. Castelo Branco é a que menos dá acidentes? Porque se anda mais rápido. A *freeway* adotou os 110 km/h, está andando bem melhor, não há grandes engarrafamentos.

Ver. João Dib, eu tenho maior admiração pelo senhor – costumo brincar que o senhor não pôde duplicar a minha Baltazar de Oliveira Garcia, mas fez um trabalho bonito –, quero dizer que nós temos avenidas que comportam, sim, Vereador, como nas saídas da Cidade. Onde nós ganharmos um pouco de tempo já é muito para o dia a dia que a gente anda na Cidade. Eu levo, por exemplo, para vir lá da minha casa até a Câmara, 40 minutos.

O Sr. Nilo Santos: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Alceu Brasinha, eu quero cumprimentá-lo pelo discurso e parabenizá-lo porque o senhor foi buscar dados e informações importantíssimas para a defesa do Projeto. E gostaria de dizer que nós tivemos também uma experiência quando fomos lá na Manoel Elias: se andar a 60 km/h, será atropelado, alguém bate atrás, porque o pessoal anda acima dos 60 km/h, com certeza.

O SR. ALCEU BRASINHA: Com certeza. Na Cidade, claro que tem ruas, como no Centro da Cidade, que se eu quiser andar a 70 km/h, não tem como. Mas tem locais que tem que andar. Lá na Manoel Elias, o Ver. Nilo Santos estava a 65 km/h, e os “caras” estavam atropelando. Será que só eu que sou errado, eu que proponho o problema? Não vejo acidentes com essa dimensão, por causa dessa velocidade que eu quero. Então quero contar com o apoio dos Srs. Vereadores, que ajudem e pensem, porque a Cidade precisa avançar mais.

Uma Cidade que vai sediar uma Copa do Mundo não pode andar a 60 km/h, Ver. Dib, em hipótese nenhuma.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 042/10.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Mauro Zacher, nosso Presidente; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, Ver Brasinha, muitos que ouviram essa tua intenção gostaram. Todos gostariam de andar um pouco mais rápido na Cidade, mas acho que o Dib já começou bem. Há uma legislação de trânsito que não é arbitrária e sem nenhum fundamento. Certamente 40, 60, 80, 100 km/h têm seu estudo de repercussão, de impacto, de risco. Então eu quero dizer a V. Exa. que, muitas vezes, eu já passei dos 60 km/h, já tenho multas, mas acho que nós não podemos, primeiro, legislar sobre; segundo, sermos irresponsáveis e não enxergar, Ver. Brasinha, o grau de agressividade que está o trânsito desta Cidade, de acidentes com idosos, com crianças, com mulheres e que não tem como não restringir a velocidade nas vias públicas.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver.^a Sofia Cavedon, eu quero lhe dizer que quero bater palmas para a senhora, porque a senhora é uma pessoa que realmente já admitiu que andou a mais de 60 km/h. Isso é importante, o Vereador que faz e admite o que fez. Parabéns pela sua honestidade.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, mas eu queria tratar mesmo, Vereador, é que, se a gente estivesse num outro nível de criatividade e de investimentos no trânsito da cidade de Porto Alegre, em transportes alternativos, em transporte público de qualidade, nós teríamos um trânsito que fluiria tão bem que não seria necessário dar vazão através de ideias como essas.

Nós temos andado muito de ônibus de propósito, vários Vereadores já sabem disso, a frota de ônibus caiu de qualidade, reduziu horários em várias comunidades, ou mantém as mesmas tabelas não cumpridas há 17, 18 anos.

Então, as pessoas estão optando muito por automóvel, pelo transporte individual. Nós não podemos deixar de enxergar que não há investimento continuado em ciclovias, viável, não um passeio de um pedacinho, que depois tem que voltar para a via, mas que possa conectar com o ônibus, que possa ter estacionamentos, lugares seguros para deixar a bicicleta, com a integração entre metrô, ônibus e uma série de inflexões no trânsito de Porto Alegre que certamente melhorariam o fluxo.

Nós estamos nos preparando a partir de amanhã para sentir de novo o que é Porto Alegre sem investimentos há quase uma década. Eu desafio: quais são os grandes investimentos estruturais que fez o Governo Fogaça/Fortunati – que tanto se vangloriam aqui – no último período? Porque todas essas vias estruturantes como a Av. Sertório, como a Av. Farrapos, como toda a Zona Sul, Av. Protásio Alves, 3ª Perimetral, são todas grandes obras – todas – realizadas pelos Governos da Administração Popular. Depois disso, nenhuma se fez. Nenhuma! Nem ações criativas de alteração de trânsito, Ver. Dr. Thiago Duarte, que é da Zona Sul e sabe a importância das avenidas na Zona Sul que foram duplicadas. As alterações criativas que aconteceram, as poucas, foram em função do Túnel da Conceição ter sido fechado, tanto que está incorporado na nossa Cidade.

Portanto, nem investimento em transporte coletivo de qualidade, nem investimento em transporte mais integrado à natureza, como ciclovias, como a possibilidade de combinar os diferentes transportes, nem investimento nas vias estruturantes da Cidade para dar vazão aos automóveis! Então, o tema é muito mais complexo, Ver. Brasinha, do que alterar de 60 km/h para 70. Fazer isso numa cidade conflitada como está, hoje, Porto Alegre, onde as pessoas perderam muito da urbanidade, da atenção, da delicadeza no trânsito... Eu tenho uma tese: que a delicadeza, a gentileza no trânsito faz o trânsito fluir; é só deixar passar, é só esperar a vez, perceber que, na rótula, se passa um, deve-se esperar a sua vez, e o trânsito flui. Nem isso evoluiu na cidade de Porto Alegre.

Eu pude passar o carnaval em Maceió, uma cidade que está, em sua estrutura, muito atrasada em relação a Porto Alegre. Maceió está em obras com muito dinheiro do Governo Federal, mas está atrasada, e, pasmem, a gente bota o pé

na faixa, e os carros vão parando. É até irritante, não dá para sair da calçada que eles param para tu passares, tamanha a cultura... Então, é possível! Isso que Maceió, obviamente – vou fazer aqui uma crítica –, tem seriíssimos problemas, mas é impossível a gente não perceber que uma cidade tão politizada como Porto Alegre poderia ter uma postura diferenciada, no trânsito, de preservação da vida: quando as pessoas botarem o pé na rua, andar devagar com o carro, cuidar do cidadão, do ser humano que está circulando, seja nas calçadas, seja nas paradas de ônibus. Portanto, é preciso diminuir velocidade, Ver. Brasinha, diminuir velocidade e dar fluxo ao trânsito. Ninguém vai pedir para andar veloz se andar sempre e andar bem; ninguém vai pedir para haver mais espaços para automóveis se houver bons ônibus. O ar-condicionado perdeu-se, não há priorização de organização das ruas por onde os ônibus passam para que eles tenham ar-condicionado. Vide a Lomba do Pinheiro, onde temos a Quinta do Portal; lá se tem que passar por uma poeira, os ônibus não podem ter ar-condicionado, não podem ter motor atrás. E cada vez pior a qualidade dos ônibus! Então, são outros elementos, Ver. Brasinha. Acho bom que tragas este debate, mas acho que não é por ali que nós vamos melhorar o fluxo do trânsito da nossa Cidade com segurança e com qualidade de vida.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Dr. Raul Torelly está com a palavra para discutir o PLL nº 042/10.

O SR. DR. RAUL TORELLY: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Vereadores, Vereadoras, todos que nos assistem, quero, em um primeiro momento, saudar o Ver. Brasinha, que nos dá uma oportunidade ímpar de discutirmos uma questão tão importante para a Cidade, quase Engenheiro Brasinha, e dizer que, infelizmente, eu não vou poder acompanhá-lo neste Projeto. Trata-se de um Projeto que, aproximadamente, há dez anos, quando eu pensava em estar aqui nesta Câmara, já me veio à cabeça dizer: acho importante isso aí, porque senão nós vamos transformar a Cidade numa Cidade de tartarugas e tal... Era o que eu pensava um pouco na ocasião, mas o tempo foi passando, e eu

também, cada vez mais apegado à questão da vida, à questão da saúde pública, mas, não só a isso, à questão também do trânsito, como ele vem se constituindo na Cidade ao longo dos anos. E eu vejo a questão da educação, por mim próprio: hoje eu sou uma pessoa muito mais educada no trânsito, não só pela idade, mas porque o pardal acabou educando, de algum modo, acabou educando. Então essa questão de passar pelo pardal e acelerar continua existindo, mas o que ocorre na realidade é o seguinte: não se atinge mais aquelas velocidades de antes. Eu estava comentando há pouco que há aproximadamente cinco, seis anos, um pouco mais, acredito, eu fui multado por estar a 82 km/h, na Severo Dullius, quando estava liberado, lá perto do Aeroporto, enfim, parecia uma via, uma estrada quase que ia se encontrar com a BR 116, um pardal volante, e uma multa de R\$ 450,00. Eu disse: “Não, isso é um absurdo! Oitenta e dois quilômetros por hora e a pessoa vai ser multada em R\$ 450,00!” Hoje eu acho justo, não tem que estar a 82 km/h. Não se concebe isso. Hoje, onde podemos andar a 82 km/h na cidade de Porto Alegre? Acredito eu que só na Av. Castelo Branco talvez, acho que é a única. Eu sou do tempo, assim como os colegas mais antigos aqui, no início da nossa *freeway*, em que era permitido andar a 120 km/h na *freeway*. Inicialmente, era essa a velocidade. E não foi uma nem duas vezes em que eu presenciei aqueles abalroamentos de múltiplos veículos na *freeway*. As pessoas andavam a uma velocidade de 140, 150, 160 km/h. Via-se uma luz à frente e, de repente, aquela luz já estava em cima. Era carro se jogando para todos os lados. Isso bem caracteriza a dificuldade que a gente tem num momento desses, próximo de estar se acidentando, e o que significa cada segundo e a velocidade em que se está.

O Sr. Reginaldo Pujol: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ouço V. Exa. com a maior atenção, Ver. Raul, o que nem poderia ser diferente, pois V. Exa. é muito ajuizado no seu posicionamento, mas só me parece que está cometendo um pequeníssimo equívoco, fundamental na análise.

A redução da velocidade máxima na *freeway*, de 120 km/h para 80 km/h não se deu por motivo de segurança no trânsito, mas sim por economicidade de gasolina – esse era o objetivo; tanto é que foi passageiro, o limite de

velocidade voltou a ser 100 km/h e, hoje, é de 110 km/h, muito próximo de 120 km/h. Obrigado, Vossa Excelência.

O SR. DR. RAUL TORELLY: Obrigado, Vereador, só que se foi esse o motivo, eles deram um tiro certo e acabaram matando dois coelhos, pois acabaram também diminuindo o índice de acidentes, porque, quem, como eu, participou daqueles abalroamentos que aconteciam? Hoje eles não acontecem mais, acontecem acidentes. Nós sabemos que o acidente acontece a 10 km/h ou 20 km/h, é uma questão de redução de danos. Quanto mais velocidade tivermos, obviamente mais danos estaremos provocando nas pessoas. Não há dúvida quanto a isso.

Uma questão que temos que enfrentar em Porto Alegre e no Brasil são as mortes e as sequelas causadas por motocicletas. Isso, com certeza, está presente no nosso dia a dia, uma vez que as motocicletas não perfazem 6% de todo o volume de veículos, causando 40% dos óbitos.

Então, só para se ter uma ideia, para quem está em cima de uma moto, o risco é extremamente maior, pela maneira como esse veículo vem sendo utilizado, de uma maneira imprópria, com ultrapassagens indevidas. O que mais ouço de colegas médicos que trabalham nos setores de urgência e emergência? Raul, por favor, nós temos que diminuir isso, vamos dar um jeito de legislar para que essas motocicletas não tragam todo esse malefício para a sociedade, porque a situação é terrível.

O Sr. Mario Manfro: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Dr. Raul, muito obrigado pelo aparte. Quero parabenizar o Ver. Brasinha. Dificilmente, Vereador, eu voto contra um projeto seu; hoje será, talvez, a primeira vez. E eu quero resumir do seguinte modo: esse é um assunto eminentemente técnico. Eu não acredito que um engenheiro de trânsito – uma especialidade da engenharia – tenha acordado e dito: “Eu vou botar a velocidade de 60 km/h.” Existem estudos técnicos que comprovam que essa é a velocidade adequada. Como é um assunto muito técnico, eu prefiro deixar que os técnicos e quem conhece realmente a matéria legislem sobre ela. Obrigado.

O SR. DR. RAUL TORELLY: Obrigado, Vereador. Na realidade, eu acredito que, hoje, o costume de Porto Alegre já nos permite dizer que nós temos uma velocidade adequada dentro da Cidade. Eu acredito nisso e acho que nós estamos razoavelmente bem. Precisamos ampliar nossas vias e o fluxo dos veículos. É nesse sentido que nós temos que continuar trabalhando, melhorando e qualificando a vida das pessoas. Obrigado. Saúde para todos! (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Luiz Braz está com a palavra para discutir o PLL nº 042/10.

O SR. LUIZ BRAZ: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores; eu venho participar da discussão porque pertenço à Comissão de Constituição e Justiça aqui desta Casa e também fiz esta discussão lá na Comissão. Com certeza, o Ver. Brasinha se apoia bem em relação ao mérito desta ideia porque existem várias cidades brasileiras – e ele já citou algumas delas – que já adotaram essas velocidades diferenciadas em determinadas regiões da cidade. Ribeirão Preto, a cidade onde eu nasci, já adotou a velocidade, para algumas vias, de 70 km/h. Eu vejo que o Rio de Janeiro e São Paulo também já fizeram isso. Mas, se o Ver. Brasinha acerta com relação ao mérito, Ver. Reginaldo Pujol, eu acredito que ele comete uma falha com relação à possibilidade que tem o Vereador de legislar sobre a matéria. Meu querido amigo Brasinha, acho que V. Exa. traz uma discussão muito boa para a Casa, porque V. Exa. abre os olhos dos técnicos da EPTC no sentido de que eles estudem essa possibilidade de nós, realmente, modificarmos a velocidade em algumas regiões da Cidade. Mas, se isso pudesse ser feito através de um projeto de lei, amanhã, o Ver. Reginaldo Pujol, irritado com a morosidade do trânsito perto de sua casa, resolve colocar no Plenário um projeto de lei para modificar essa velocidade. Nós vamos votar e, de repente, tocados pela sensibilidade do Ver. Reginaldo Pujol, o Ver. Haroldo também resolve trazer aqui uma modificação dessa velocidade. Nós ficaríamos com uma impossibilidade total de discutir, cada um com o seu ponto de vista,

aquilo que serviria para cada região da Cidade. Por isso, Ver. Reginaldo Pujol, o Contran fez essa vedação, para que nós, Vereadores, não pudéssemos ter essa iniciativa. Acho que o Ver. Brasinha está absolutamente correto com relação àquilo que ele pretende para a Cidade. Eu acho que já está mais do que na hora de os nossos técnicos, Ver. Brasinha, se debruçarem sobre essa matéria. Eu acredito que V. Exa. os está incentivando a fazer esse estudo para que nós tenhamos, na Cidade, saídas como essas. Muitas regiões da Cidade – V. Exa. tem absoluta razão – têm o fluxo mais trancado com relação ao trânsito porque, em determinados momentos, falta velocidade. Isso serve apenas para multas que, muitas vezes, são absolutamente injustas, pois o motorista se vê obrigado a colocar uma velocidade um pouco maior para que o trânsito flua melhor. Mas é claro que, se o Contran tem essa resolução de nós não podermos iniciar as legislações em casas como esta, é para não permitir que cada Vereador, a seu bel prazer, possa instituir, nas ruas que ele pretende, a velocidade que poderia lhe agradar ou agradar àquelas pessoas que ali moram.

Acho que o Ver. Brasinha acerta porque ele sugere essa discussão que não deve apenas ficar no âmbito deste Legislativo, mas deve também tocar os técnicos da EPTC; vejo que a EPTC tem vários representantes aqui neste plenário. Com toda a certeza, o Ver. Brasinha acerta porque está mostrando que existe uma necessidade de discutirmos, aqui em Porto Alegre, essas modificações, essas alterações de velocidade. Em determinadas regiões, o Brasinha já citou algumas delas, não faria nenhum mal se nós alterássemos a velocidade de 60 para 70 km/h, principalmente nas saídas da Cidade, onde se poderiam adotar velocidades mais altas do que 60 km/h. Mas existe uma vedação, e sobre isso nós não conseguimos passar. Nós não podemos fechar os olhos para essa impossibilidade que existe para a Câmara de legislar sobre essa matéria. Mas, se nós não temos possibilidade de legislar sobre a matéria, pelo menos nós temos a possibilidade de fazer a discussão e de pedir aos nossos amigos do órgão de trânsito do Município que estudem essa matéria que já cai de madura. Porto Alegre não seria a primeira cidade no País a tomar essa direção para solucionar problemas de trânsito; seria quase uma das últimas. Várias cidades brasileiras, e eu cito uma delas, Ribeirão Preto, onde

eu nasci, já têm velocidade de 70 km/h em pleno centro da cidade. E eu acho que aqui nós poderíamos também, em algumas regiões, adotar velocidades como essa. Não podemos, é claro, através de um Projeto de Lei, mas, com toda a certeza, podemos através de um pedido ao órgão de trânsito no sentido de que faça esse estudo. Eu acho que este Projeto do Ver. Brasinha tem o condão de fazer com que os técnicos da EPTC despertem para começar a estudar a saída mais correta.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para discutir o PLL nº 042/10.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; colegas Vereadoras e Vereadores, senhoras e senhores que nos visitam e nos assistem, primeiro cumprimento ao Ver. Brasinha por trazer este tema ao debate. Na nossa Bancada, do Partido dos Trabalhadores, fizemos uma discussão, uma análise e entendemos que a discussão tem os seus méritos; mas o que ela provoca na Cidade quando um Projeto propõe que os veículos possam aumentar a sua velocidade? Parece pouco, de 60 para 70 km/h, mas a questão aqui é saber qual é o papel dos veículos numa Cidade e se nós queremos incentivar cada vez mais os veículos particulares em detrimento das outras relações de mobilidade, nesse caso específico, automóvel e pedestre.

Hoje o automóvel já é usado, muitas vezes, até mesmo como arma, e Porto Alegre faz um esforço para que os sinais de trânsito, que são direitos constitucionais do pedestre, sejam no mínimo respeitados. Portanto, um Projeto que traga essa possibilidade de aumentar a velocidade, no nosso ponto de vista, é mais um Projeto que vem privilegiar essa ferramenta de transporte, chamada automóvel, que muitos não usam só como meio de transporte: utilizam até, como eu disse hoje, de uma forma agressiva.

Portanto, Brasinha, o senhor traz aqui o debate e a gente pode fazer essas reflexões, mas nós não votaremos com o senhor. Uma razão é que nós não devemos priorizar o automóvel em detrimento das pessoas. Segundo: Porto Alegre tem condições – suas vias, sua estrutura, sua malha urbana – de

umentar a velocidade dos automóveis? Porto Alegre não tem condições e não tem projeto, neste momento, que qualifique o sistema da mobilidade urbana para que o nosso sistema viário possa receber...

O Sr. Reginaldo Pujol: V. Exa. permite um aparte?

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Eu já lhe dou um aparte, Ver. Pujol. Na verdade, é o seguinte: parece que o aumento da velocidade talvez até seja uma medida que venha a incentivar mais pessoas a quererem andar de automóvel, e, nos horários de pique, a Cidade já está paralisada. Então, mesmo que tu queiras andar a mais de 20 km/h, tu não consegues, em Porto Alegre, nos horários de pique. Por quê? Porque falta projeto estruturador para a Cidade.

Ver. Reginaldo Pujol, tenha a bondade.

O Sr. Reginaldo Pujol: Ver. Comassetto, eu ouço V. Exa. desenvolver com muita lógica um raciocínio respeitável, ainda que a gente possa dele discordar. Eu só queria esclarecer com V. Exa. – e me parece que V. Exa. já encaminha para esse esclarecimento – que a sua restrição é operacional quanto à matéria, é de mérito. V. Exa. não se reúne àqueles que dizem que está fora da competência legislativa tocar nesta matéria. V. Exa. concorda comigo? Se V. Exa. concorda, eu fui feliz no aparte, caso contrário, eu não entendi bem o que V. Exa. disse.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Muito obrigado, Ver. Pujol.

O Sr. Tarciso Flecha Negra: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Comassetto, pelo aparte. A minha preocupação é com a segurança do pedestre. Em qualquer local do Rio de Janeiro como, por exemplo, no Aterro da Glória, na Lagoa, nós temos as passarelas para que o pedestre atravessasse tranquilo, com segurança. Em Porto Alegre, nessa avenida da Usina do Gasômetro que vai até Ipanema, nós não temos, e o pessoal já passa a 70, 80 ou 90 km/h. E eu sei disso porque eu sempre faço a minha

caminhada ali e vejo a preocupação que as pessoas têm em atravessar aquela avenida. Então, essa é a minha preocupação.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Muito obrigado.

Primeiro, Ver. Pujol, nós não nos apegamos aqui ao princípio legalista. Existe uma legislação federal à qual, por subsequência, os Estados e os Municípios têm que responder? Existe! E o Jurídico faz esse debate, nos orienta e nos apresenta. E nem sempre nós concordamos com isso. Eu já tive vários Projetos que foram tachados de inconstitucionais, nós os levamos em frente, os aprovamos e, hoje, estão valendo na cidade de Porto Alegre.

Eu trago um debate do mérito – nós fizemos uma discussão – e entendemos que essa é uma provocação conceitual sobre a Cidade.

Nós temos que aproveitar esta oportunidade que o Projeto do Ver. Brasinha traz para discutir essa questão do conceito da mobilidade urbana da cidade de Porto Alegre. A cidade de Porto Alegre está paralisada, não há projetos de estruturação que apontem uma solução, pelo menos a médio e a longo prazo. E é sobre isso que nós precisamos fazer a reflexão: para querer aumentar a velocidade numa cidade como esta, o que é que precisa ser feito de obras no sistema viário? Onde estão esses projetos? Não existem. Eu não me lembro de nenhuma obra nova que tenha sido feita no período das duas últimas gestões. A última foi a Perimetral e todas as demais estão paralisadas. Pelo menos aquelas que estão sendo anunciadas.

A nossa Edgar Pires de Castro, que precisa ser duplicada, passa um ano, passa outro e, apesar de anunciado, isso não acontece. E assim por diante: a Via do Trabalhador, que precisa ser complementada; o acesso norte ao Porto Seco, que é uma reivindicação antiga, também não foi feito. Esta é a discussão que o Projeto provoca e nós temos que aprofundar esta reflexão. Um grande abraço! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. DJ Cassiá está com a palavra para discutir o PLL nº 042/10.

O SR. DJ CASSIÁ: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Olha, Ver. Brasinha, se pardais fossem flores, esta terra que eu amo, que me acolheu, seria um jardim. E um belo jardim!

O Ver. Reginaldo Pujol sabe que a velocidade em Porto Alegre não é a mesma do Mc Creu, aquele que cantava o Creu, velocidade cinco. Começa na velocidade três, 30, 40, 50, 60 e para nos pardais.

A gente tem que ser responsável. E muitos condutores não são responsáveis; primeiro, porque não respeitam a faixa de segurança. E o pedestre também. Muitas vezes, Ver. Brasinha, há uma sinaleira a dois, três passos, e ele prefere atravessar onde pode ser atropelado. Infelizmente. Falta educação!

Eu acho, Ver. Cecchim, que da forma como é feito esse modelo não é educar. Mas eu estou pensando, Ver. Brasinha, em comprar uma bicicleta para mim e eu acho que, em Porto Alegre, eu ando mais rápido de bicicleta do que de carro. Agora, concordo com o senhor. Eu não sou engenheiro – aliás, Ver. Cecchim, estou muito longe de ser engenheiro, muito longe disso, e a faculdade que eu ainda estou fazendo é a da vida, porque da outra eu passei longe –, agora, Ver. Comassetto, não vou julgar aqui, porque eu não faço isso, de condenar o Governo A, B ou C pelos seus defeitos. Todos têm defeitos.

Todos. Agora, a Av. Perimetral é um elefante branco, Ver. Comassetto! Ali foram gastos milhões de dólares, milhões de dólares estão enterrados ali, é um elefante branco! Eu não vou entrar em discussão aqui sobre outras vias. Agora, Ver. Brasinha, essa avenida que eu acabei de citar era uma avenida que seria para se andar! Pelo contrário, ela não tem estrutura. A Ipiranga, Ver. Brasinha, seria uma avenida para se andar também! A Beira Rio, e eu a chamo de Av. Alceu Collares, também! Ver. Brasinha, eu gostaria que o senhor prestasse atenção à minha fala. Eu vou tentar colaborar aqui. Repito que eu não sou engenheiro e por isso vou fazer uma proposta. Há engenheiros, há homens que estudam: se existe uma placa determinando 60, deve ser porque se deve andar a 60 km/h. Agora, há pouco tempo, estive em Santa Catarina, e lá há avenidas com velocidade máxima de 80, e o trânsito anda! Então, quero propor aqui, Ver. Brasinha, que o senhor entregasse isso à nossa EPTC, aos engenheiros da EPTC, e que eles fizessem um estudo em algumas dessas vias, se há possibilidade, se é passar de 60 km/h para 70 km/h, porque a 70

km/h aqui não se anda, eu já disse para os senhores; a 70 km/h aqui não tem como andar. Se passar dos 60 km/h, o senhor cai no “pardal”, não há como. Eu estou aqui dizendo... Eu não tenho uma multa em Porto Alegre! Eu não tenho uma multa! Posso dar o número da minha Habilitação, os senhores verão que eu não tenho uma multa em Porto Alegre, porque eu respeito. Em Porto Alegre, eu não tenho multa.

Quero aqui propor ao senhor: entregue aos engenheiros da EPTC, para que eles façam um estudo nas avenidas Bento Gonçalves, Diário de Notícias, na Ipiranga, na famosa elefante branco, a 3ª Perimetral, na Assis Brasil, enfim, outras avenidas. E também vou questionar aqui, e acho que esta Casa tem que começar a discutir, a questão da desorganização também. A desorganização! Há vias que permitem 60 km/h, aí há um ônibus, um caminhão, uma camionete na frente de você, ali na via da esquerda, por onde você poderia andar a 60 km/h. Aí você tem que ir para o lado direito, andando a 20 km/h. Eu também gostaria que a EPTC começasse a fazer um estudo em determinados horários, Ver. Brasinha, sobre os carros pesados, em circulação de mão de carros pesados também.

Eu quero aqui concluir, Ver. Brasinha, dizendo que o seu Projeto traz este assunto para esta Casa, e aqui é o fórum, aqui é que tem que se debater. Eu não sou engenheiro, mas estou aqui, fui eleito para debater e estou aqui debatendo, Ver. Brasinha; não tirando uma posição, mas, sim, deixando aqui, Ver. João Antônio Dib, uma proposta: que o senhor, Ver. Brasinha, entregue à EPTC, e que a EPTC faça um estudo dessas avenidas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Haroldo de Souza assume da presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para discutir o PLL nº 042/10.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Ver. Haroldo de Souza, que preside os trabalhos; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu, Ver. Brasinha, tenho, evidentemente, dificuldade em votar favoravelmente ao seu Projeto por uma

questão de mérito, uma questão de entendimento de que nós não estaremos contribuindo em nada com o aumento de velocidade. Agora, tem, sim, legitimidade – no meu entender – V. Exa. em propor este Projeto. Acho equivocada esta tese de alguns colegas de dizer que a EPTC pode propor e nós, Vereadores, não temos capacidade de propor, até porque a competência de legislar sobre trânsito na região urbana é do Município e, salvo melhor juízo, os Vereadores têm competência para legislar. Então, eu tenho o entendimento de que pode, sim, V. Exa. propor, tanto é que eu votei favoravelmente, lá na oportunidade, e observei que, no mérito, votaria contra, por ter um entendimento.

Agora, é um debate que V. Exa. traz que engrandece a Casa e oportuniza também o próprio Executivo, através da Secretaria de Transporte ou a EPTC, no caso, de reavaliar algumas vias em Porto Alegre que, ao meu juízo, não precisam ter, evidentemente, esse limite de 60 km/h.

O Sr. Luiz Braz: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Olha, eu tenho um carinho especial por V. Exa., mas não somos nós aqui que temos o entendimento de que podemos ou não podemos legislar sobre a matéria, é o Contran que diz isso. Na verdade, o órgão nacional de trânsito é que diz isso, e por isso é que o Parecer na Comissão de Justiça foi contrário.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Está bom. Eu vou ler o que coloca a Procuradoria da Casa, reproduzindo o que diz o Contran (Lê.): "Artigo 61, § 2º: A matéria objeto da proposição se insere no âmbito de competência municipal". É por isso, tão somente por isso que eu defendo a tese de que nós temos, sim, competência para legislar sobre isso, desde que, evidentemente, não venhamos a contrariar aquilo que está estabelecido pelo Contran. Mas o próprio Contran diz que nós podemos legislar no âmbito municipal. Então, V. Exa., a meu juízo, tem, sim, capacidade de propor este Projeto. Eu, evidentemente, tenho dificuldade em acompanhá-lo, porque tenho este entendimento de que nós não estaremos contribuindo com a diminuição dos acidentes.

Agora, é preciso, em primeiro lugar, lembrá-los de que a Av. Castelo Branco é do âmbito municipal, e lá são 80 km/h. O que nós precisamos fazer é tentar, evidentemente, inculcar nos técnicos que é preciso sincronizar melhor as sinalizadas em Porto Alegre. Há sinalizadas que, na madrugada, não precisam permanecer ligadas, isso só contribui para haver assaltos aos condutores. Eu posso citar aquela logo depois do Hipódromo, na frente da antiga Termolar; é uma delas, poderia citar outras tantas. Então, me parece, que há critérios que são adotados no horário do pico, que durante a madrugada não tem sentido mantê-los.

Eu quero aproveitar o seu projeto, Ver. Alceu Brasinha – nós pretendemos debater mais esse assunto aqui –, e referir um projeto de minha autoria, que trata de proibir esse procedimento que eu chamo de dissimulado, que é o de manter o equipamento escondido, os profissionais de trânsito camuflados, aplicando multas àqueles que transgridem as regras de trânsito. Eu não sou contra aplicar multas a quem transgredir regras de trânsito, eu sou contra permanecerem escondidos. São autoridades constituídas para fazer um trabalho ostensivo, não camuflados, não escondidos. Até porque se permanecer essa prática, nós teremos que mudar o nome de “azulzinho” para “camufladinho”. Essas autoridades também precisam estar presentes na via pública de forma ostensiva, porque vão estar ajudando, orientando o trânsito. Por isso não se justifica ficarem de tocaia, desculpem o termo, não se justifica, principalmente em algumas vias públicas onde o convite ao aumento da velocidade é natural. E eu não estou aqui pregando aumento da velocidade. Mas não se justifica esses profissionais lá estarem com seus equipamentos, diariamente, multando. Também acho desnecessário publicar na imprensa onde vão estar naqueles dias, porque pessoas, cidadãos de boa-fé não vão estar se preocupando em guardar em que logradouro, em que avenida, em que rua de Porto Alegre os fiscais vão estar naquele dia. Então, por que anunciar? Também não vejo necessidade de anunciar. Agora, quero combater o procedimento de ficar de forma dissimulada aplicando multas. Era isso, Ver. Brasinha. Eu quero cumprimentá-lo por trazer esse debate, porque, com certeza, V. Exa. não será derrotado, porque trouxe um assunto importantíssimo

e está nos oportunizando esse debate. E foi corajoso também, Vereador, por trazê-lo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLL nº 042/10.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Ver. Haroldo de Souza, na presidência dos trabalhos, o Projeto do Ver. Alceu Brasinha, pedindo que seja estabelecida a velocidade mínima de 70 km/h nas ruas de Porto Alegre, tem problemas constitucionais. Mas o Ver. Brasinha colocou um aspecto importante: há quanto tempo existe o Código de Trânsito Brasileiro e há quanto tempo não é, Ver. Freitas, atualizado? O Código diz que a velocidade máxima permitida para a via será indicada por meio de sinalização, obedecidas às suas características técnicas e as condições de trânsito. Nas vias urbanas: 80 km/h nas vias de trânsito rápido. Quais são as ruas de trânsito rápido em Porto Alegre? Praticamente ninguém sabe, Ver.^a Maria Celeste. A Av. Farrapos é ou não é? A 3ª Perimetral nasceu para ser. No fim da Av. Bento Gonçalves onde realmente é uma zona com pouca habitação, por que não fazer lá trânsito rápido? A Av. Presidente Castelo Branco, por exemplo, é 80 km/h porque é via de trânsito rápido. Então essa é uma discussão muito importante. A 3ª Perimetral deveria ser de trânsito rápido, acontece que não foram feitas as passagens subterrâneas, os viadutos. E eu me lembro, Ver. Freitas, de que, quando veio aqui o projeto da 3ª Perimetral, ela possuía no seu projeto – e eu quero aqui que o Celso Pitol me ouça – uma passagem de nível na Av. Ipiranga e na Av. Bento Gonçalves; foi aprovado nesta Casa, e depois veio uma alteração no projeto. Por que veio para esta Casa? Porque era uma autorização de financiamento externo e precisava da nossa aprovação. E depois, Ver. Freitas, foi retirado e transformado esse valor em pavimentação comunitária para ganhar a eleição – e ganharam. A 3ª Perimetral já nasceu com problemas de trânsito. Então, é uma via que, na verdade, deve ser de trânsito rápido, e aí são 80 km/h.

Eu estava conversando com o Secretário do Planejamento, Ver. Mario Manfro, e ele me disse que iria verificar se era a Secretaria do Planejamento Municipal que declarava quais são as vias de trânsito rápido, as vias arteriais, as vias coletoras, as vias locais e as vias rurais. Isso é o que diz o Código de Trânsito. Então, talvez seja mais simples ser definido quais são as vias de trânsito rápido, e aí, em vez de 70 km/h como o Ver. Alceu Brasinha propõe, seja 80 km/h, o máximo.

Ver. Alceu Brasinha, eu já fui multado duas vezes porque eu faço, por mês, em Porto Alegre, aproximadamente 2.500 quilômetros, com dois carros, é claro. E fui multado duas vezes a 68 km/h, como a tolerância é 10%, 68 km/h já leva multa. E, por um pouco mais, eu já seria multado com 20% de acréscimo, e a multa de R\$ 450,00. Isso, Ver. Brasinha, pesa no bolso para nós que somos obrigados a andar, a visitar comunidades e, às vezes, estamos atrasados. É natural que os carros superem os 60 km/h sem a gente se dar conta disso.

O seu Projeto, nós sabemos, tem problemas de inconstitucionalidade, mas ele vai trazer a discussão e, quem sabe, a Secretaria do Planejamento Municipal declare algumas vias de trânsito rápido, e aí o seu Projeto vai ter muito mérito.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. João Carlos Nedel, quando a gente recebe essa multa, principalmente nós, que andamos dia a dia e somos chamados por várias demandas na Cidade, a gente costuma sair... Nem todo o mundo tem um motorista para carregar a gente; eu, por exemplo, não tenho motorista, eu mesmo dirijo. Imagina, um descuido e já se é multado; daqui a um pouquinho mais, quanto tu vês, tu perdeste a carteira. E aí, como é que tu vais andar, como é que depois tu vais começar a andar no trânsito? Acho que está na hora de pensar no trânsito de Porto Alegre, principalmente porque as coisas acontecem muito loucamente. Quero dizer para o senhor que, como Vereador, apresentei este Projeto justamente para buscar o debate e, quem sabe, nós buscarmos uma alternativa melhor para o trânsito.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Quero dar-lhe parabéns porque V. Exa. trouxe esta discussão, que é importante. E nós precisamos nos atualizar no tempo; o

Código Nacional de Trânsito é de 1997. Já são 15 anos; então, as vias foram ajustadas.

Quero cumprimentá-lo porque, embora tenhamos que votar contrariamente ao seu Projeto, por ser ele inconstitucional, ele tem mérito. Meus cumprimentos!
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Nilo Santos está com a palavra para discutir o PLL nº 042/10.

O SR. NILO SANTOS: Ver. Haroldo de Souza, que preside esta Sessão; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhores e senhoras, nesta discussão, Ver. Brasinha, é importante salientar que ninguém está propondo um aumento de velocidade para 100 km/h dentro de uma área urbana. A manifestação contrária de algumas pessoas é exatamente dando a entender que não compreenderam que nós estamos falando de 70 km/h. Exatamente, que fique bem claro também, em alguns trechos da Cidade, não é em toda a Cidade. Então, quando se fala: mas como vão passar em frente às escolas a 70 km/h? É claro que tem que reduzir em frente às escolas e hospitais. O que não pode acontecer é, em uma obra faraônica como foi aquela obra da 3ª Perimetral, não poder andar naquela Perimetral, exatamente, Ver. Nedel, pelo número de sinaleiras que nós temos ali! O investimento que foi feito, que foi pago, depois pelo Prefeito Fogaça, o investimento que foi feito naquela 3ª Perimetral, e é impossível andar a 40 km/h em determinados horários! O que era para resolver o problema da Cidade se tornou um complicador no trânsito da Cidade. Nós temos a Av. Ipiranga, com estudo aprofundado, com os técnicos fazendo levantamento de faixas de segurança bem posicionadas, revendo o tempo de algumas sinaleiras, é claro que isso necessita de um estudo aprofundado. É claro que não é definir aqui, porque dizer que é inconstitucional enquanto em outras capitais é permitida a alteração, me parece um pouco ultrapassado esse discurso. Não é inconstitucional, tanto que em outras capitais funciona dessa forma. O que nós precisamos, aqui, Ver. José Freitas, é um estudo aprofundado com relação às faixas de segurança. A Cidade tem que pensar, sim, na construção de novas travessias para pedestres, as passarelas para os

pedestres, tirar os pedestres da rodovia, tem que tirar o pedestre, sim, tem que construir passarelas, porque é impossível aumentar a velocidade sem criar novas passarelas na Cidade, Ver. João Dib, não tem que construir passarelas? Parece-me... O que vão dizer? Vão dizer que 70 km/h em alguns trechos da Capital vão matar gente, que o automóvel não pode ser preservado; tem que ser preservado o pedestre. Como se as pessoas não se utilizassem o automóvel para facilitar a sua vida! O automóvel não é uma arma. A arma são as pessoas que estão conduzindo o automóvel, pessoas irresponsáveis, pessoas que têm transtornos mentais, pessoas que são totalmente desequilibradas e não deveriam estar dirigindo. Culpar o automóvel, que representa um benefício para o ser humano, é algo descabido. É preciso, sim, fazer um controle maior na hora de dar a habilitação para algumas pessoas. Então, achar que 70 km/h é algo que não é bom para Porto Alegre... Gente, se não dermos um jeito para desafogar a 3ª Perimetral, diminuir aquelas sinaleiras de lá, Ver. Mauro Pinheiro, será um caos daqui a alguns anos. Hoje, já está difícil andar, pois é muita sinaleira! Infelizmente, o Projeto da 3ª Perimetral falhou! Ora, uma via, Ver. Tarciso, que era para fazer fluir o trânsito, fazer andar...Hoje, no entanto, quem cai na 3ª Perimetral, em horário de pique, está preso no trânsito! O que precisa? Precisa, sim, diminuir o número de sinaleiras, precisa! Temos que definir quais as ruas vão cair dentro da 3ª Perimetral, Ver. Brasinha, ou não adianta investir em cima de grandes obras.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Nilo, fora isso, na 3ª Perimetral, os ônibus passam a cada 15 ou 20 minutos, quando passam, e foi feita toda aquela estrutura. Eu estive, há poucos dias, em uma área que foi invadida. Na ocasião, alguns senhores me disseram – já que não podiam ficar lá – que viriam para a 3ª Perimetral, onde há aquelas paradas que quase não são ocupadas, habitadas por gente que pega o transporte.

O SR. NILO SANTOS: Exatamente, Ver. Brasinha. Achar que o automóvel não é importante; ele é importante, sim, para o deslocamento. Nós vamos ter um bom transporte coletivo, mas ele não substituirá o automóvel. É uma inocência

achar que um ótimo transporte coletivo vai evitar que as pessoas saiam com seu carro. Isso é um absurdo! As pessoas melhoraram seu poder aquisitivo, estão adquirindo seu carro. Quem não vai querer andar com o seu carro? Claro que vão querer. O que temos, sim, é que agilizar o trânsito, impedir que caiam tantas ruazinhas nessas vias, como na 3ª Perimetral e que não haja tantas sinalizas impedindo uma velocidade maior. Na Av. Ipiranga, da mesma forma. O problema não é o automóvel! O problema não é aumentar 10 km/h, o problema está, sim, nos maus condutores, nas pessoas irresponsáveis que transitam por nossas ruas. A barbearagem está solta, e isso serve até para os próprios taxistas. O que tem de motorista profissional que não tem capacidade de dirigir nesta Cidade; são abusados, ultrapassam pela direita, cortam a frente de carros de passeio! Nós precisamos de uma reciclagem geral na Cidade. Lotação que corta veículo de passeio! Precisamos educar... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 042/10.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; o Ver. Brasinha é um Vereador inteligente, que anda pela Cidade, que confere os acertos e os erros das Administrações ou da Administração. E entendeu e ouviu e pediram a ele que fizesse alguma coisa pelo trânsito. Deve ser isso, mais ou menos, não é Ver. Brasinha, o que lhe levou a fazer este Projeto para aumentar a velocidade? Todos nós queremos andar mais rápido na Cidade. Eu ouvi aqui alguns Vereadores, principalmente os Vereadores do PT, que ficou muito tempo na administração da Cidade, criticando a falta de planejamento, a falta de atitude, a falta de fluidez no trânsito. Eu estranho porque, cada vez que o Secretário Cappellari vem aqui, ele é cercado por quase toda a Bancada do PT, e se rasgam em elogios, uns aos outros. Então, eu acho que tem alguma coisa que se gosta de ver porque há uma solidariedade. Acho que há uma complexidade até, porque o trânsito de Porto Alegre vem sendo tocado há muitos anos, e eu ouvi falar aqui sobre a

3ª Perimetral também, que foi o PT que fez. Uma obra grande! O PT fez a 3ª Perimetral. Mas eu acho que o PT não é culpado de fazer aquelas estações que parecem castelos de faraós, que só serviram para ser a sepultura deles. As estações nos corredores de ônibus da 3ª Perimetral têm escadas rolantes bem empinadinhas, como aquela da Av. Benjamin Constant, que ninguém tem coragem de usar por medo de cair de costas, Ver. DJ Cassiá. Essa mesma estação tem uma parada de ônibus em cima do viaduto, na curva. Não é possível que se tenha deixado fazer isso na Cidade! Não foi culpa do engenheiro Todeschini, que é engenheiro e poderia ter dado contribuição, mas não pediram, não perguntaram! Então, não posso culpar o Ver. Todeschini, mas alguém fez isso! O mérito de fazer a 3ª Perimetral é bom, mas fizeram pela metade. O Viaduto Leonel Brizola já foi executado na época do Prefeito Fogaça. Mas o projeto não podia ser mexido pelos burocratas do banco que financiou, então, precisou de uma sinaleira embaixo do viaduto. Só em Porto Alegre para ter isso: uma sinaleira embaixo de um viaduto! Aquela estação da Av. Protásio Alves com a Av. Carlos Gomes, Av. Senador Tarso Dutra, sei lá qual é, só serve para os carros passarem embaixo. Criou uma confusão naquele trânsito, ninguém sabe por onde volta, por onde retorna, para onde vai de tão incompetente que foi esse arquiteto. Esse arquiteto deveria ser chamado para devolver todos os honorários que cobrou. Ele fez todas essas obras da 3ª Perimetral. Eu, muitas vezes, imagino que esse arquiteto fez esse projeto lá dentro da Elevadores Sur, ou coisa assim, de tanta escada rolante que ele inventou. Escada rolante, viaduto, tudo para não funcionar! Que coisa impressionante! A 3ª Perimetral, que era para desafogar o nosso trânsito, Ver. Brasinha! Se V. Exa. andar ali um pouquinho, passar debaixo do viaduto, depois que sair daquelas curvas, pegar uma reta, está o cara, como diz o Ver. Todeschini, ali atrás da árvore, para multar. Eu acho que tem que multar, a lei tem que ser obedecida, mas não pode ser assim: um viaduto malfeito, uma Perimetral que não se tem como andar. E, se alguém anda a mais de 60 km/h, leva uma multa, Ver. Brasinha. Então, eu entendo que V. Exa. quis, com este Projeto, tentar trazer um pouquinho mais de fluidez ao trânsito.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.)
Ver. Idenir Cecchim, realmente, Vereador, eu costumo dizer que engenheiro de trânsito é quase igual a técnico de futebol. Técnico de futebol adora nos irritar, porque tem muita gente que sabe mais do que ele, e ele inventa as dele. E assim é o engenheiro de trânsito, ele inventa aquelas obras faraônicas que não ajudam em nada, mas irritam o contribuinte.

O SR. IDENIR CECCHIM: Tem coisas até piores do que isso! Tem coisa pior do que ver uma rua... Os chamados binários são binários só por duas quadras. Quando se chega na segunda quadra, já tem que dobrar à esquerda! É binário de duas quadras, eu acho que chamam de binário porque é de duas quadras!

O Sr. Engenheiro Comassetto: V. Exa. permite um aparte?

O SR. IDENIR CECCHIM: Pois não, Ver. Comassetto. Vossa Excelência, que é um engenheiro, mesmo sendo agrônomo, sabe, tenho certeza de que tem contribuição.

O Sr. Engenheiro Comassetto: Eu estava ouvindo atentamente a sua fala e eu creio que o senhor comete uma grande injustiça com o arquiteto Debiagi, que é um grande arquiteto desta Cidade e foi quem projetou a 3ª Perimetral. Eu queria fazer este registro.

O SR. IDENIR CECCHIM: Eu não sabia o nome do arquiteto, mas ele cometeu alguns erros. Claro que foi sem querer, mas ele cometeu erros, erros grandes! Eu não sou engenheiro nem arquiteto, mas ele não deixou de cometer erros. Louvo o seu aparte para fazer justiça a alguém que trabalhou. Ele não quis errar, certamente. Mas deveria ter perguntado mais para vocês, certamente vocês teriam contribuição a dar, para não fazer tanta bobagem numa avenida tão importante, numa perimetral tão importante. Nós estamos até hoje tentando arrumar os erros que esse arquiteto fez. Com todo o respeito que tenho por ele, como tenho por todos os profissionais, por aqueles que se dedicam ao trabalho, e ele trabalhou, ele fez, mas cometeu erros. Mas ele não é culpado

sozinho, não! Tinha Prefeito, tinha Secretário, tinha mais gente que estava trabalhando nisso, deveriam tê-lo alertado e não fizeram. Porto Alegre está assim muito por culpa desses inventores de tranca-ruas; os tranca-ruas de Porto Alegre que passaram todos esses anos inventando coisas para o trânsito não andar.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para discutir o PLL nº 042/10.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; colegas Vereadores, cidadãos e cidadãs; quero parabenizar o meu amigo e Vereador Brasinha por trazer à tona este debate importante sobre a questão da mobilidade urbana, da qualidade do nosso transporte coletivo de Porto Alegre. Este Projeto, que visa a possibilidade do aumento de velocidade em algumas vias, realmente vai ao encontro de muitas pessoas da nossa Cidade que são simpáticas a este Projeto, então, eu quero parabenizar o Ver. Brasinha por essa importante iniciativa.

Conversando com o Presidente Cappellari, da EPTC, que sempre está disponível ao diálogo, não só nas comunidades, mas também junto aos Vereadores, até pela questão de este Projeto ter uma grande possibilidade – já foi ventilado aqui – de ser inconstitucional, fiquei sabendo que a EPTC está aberta, e o Vereador sabe disso, para fazer, com o Vereador e demais interessados, os estudos necessários para se avaliar a possibilidade do aumento, paralela à questão do nosso Projeto de Lei.

Então, o Cappellari, a EPTC está de parabéns, assim como o Ver. Brasinha, por se colocarem à disposição para criarem uma alternativa que não tenha nenhuma ilegalidade, nenhuma inconstitucionalidade, para que se possa estudar, através de um Pedido de Informações do Vereador, a possibilidade do aumento de velocidade.

Eu me lembrei de várias ações das Gestões Fogaça e Fortunati que vêm a melhorar em muito essa questão de mobilidade urbana e transporte coletivo na nossa Cidade. Eu vou tentar, nesses três minutos e trinta segundos que me

restam, elencar todas, que são obras pelas quais há décadas a nossa Cidade espera, que vão transformá-la e que estão acontecendo ou vão acontecer, já agora em 2012.

Quando a oposição vem aqui dizer que nada foi feito, eu acredito que é só porque é ano de eleição mesmo, porque, na verdade, a nossa oposição é muito esclarecida, muito lúcida, bem informada; mas, de repente, como é época de eleição, resolveram esquecer o que está acontecendo em Porto Alegre. Mas o cidadão não esquece. O porto-alegrense está vendo, através do balanço do Governo Fortunati, tudo o que está sendo realizado no sentido de melhorar a mobilidade urbana em Porto Alegre.

Nós temos a duplicação da Av. Tronco, cujas obras iniciam agora, no primeiro semestre de 2012; vai facilitar o acesso, a mobilidade urbana do Centro para a Zona Sul da nossa Cidade; é uma obra histórica, desejada por aqueles habitantes que moram lá e que também vão ser beneficiados; é para melhorar o trânsito, o fluxo de Porto Alegre. A duplicação da Av. Tronco é uma obra que envolve milhões de reais, uma obra de grande impacto a favor da mobilidade urbana.

A duplicação da Av. Beira-Rio – a obra já está pela metade – vai contribuir, e muito, para o fluxo do Centro para a Zona Sul da nossa Cidade! Essa não tem como a oposição não enxergar, porque ela transita lá. É só olhar para o lado! Vamos lá!

A duplicação da Voluntários também é uma obra que vai facilitar, e muito, o acesso da Zona Norte ao Centro.

A 3ª Perimetral já foi mencionada aqui pelos colegas Vereadores! Foi importante a obra da 3ª Perimetral, uma obra feita no Governo do PT. E, agora, o Prefeito Fortunati vai fazer cinco intervenções que vão transformar aquela Avenida naquilo que o PT sempre sonhou: numa Avenida que vai realmente garantir que se tenha um fluxo ágil de veículos. Serão cinco intervenções na 3ª Perimetral, com túneis e viadutos, exatamente naquelas esquinas onde há problemas de trancar o trânsito! Então, a 3ª Perimetral vai se tornar, agora sim, uma grande e importante obra, que iniciou no Governo do PT; o PT tem o seu mérito, mas, agora, na Gestão Fortunati, os reparos e as intervenções

necessárias para contemplar a nossa Porto Alegre e o fluxo vão-se realizar. Serão cinco intervenções na 3ª Perimetral!

Os BRTs são ônibus rápidos, de qualidade, ônibus articulados. Os BRTs, assim como a reforma dos corredores e dos terminais de ônibus – na Bento Gonçalves, na João Pessoa e na Protásio Alves – é investimento para transporte coletivo de qualidade.

Estacionamentos subterrâneos, que vamos ter na Parobé e no Parque da Redenção são para tirar os carros das avenidas, para, quando estacionar, não prejudicar o trânsito. E aí vai!

E o Metrô? “Ah, o Metrô é para daqui a anos”. Mas foi na Gestão Fortunati que se garantiu o Metrô. Tem que começar agora, para um dia acontecer a obra! E aconteceu na Gestão Fortunati, numa grande articulação com o Governador Tarso e com a Presidente Dilma!

E o Aeromóvel? O Ver. Comassetto é protagonista da ideia do Aeromóvel do Centro para a Zona Sul. As obras do Aeromóvel do Aeroporto até a Estação do Trensurb já iniciaram, para, depois, as pessoas se deslocarem até o Centro. E o Ver. Comassetto é o idealista e protagonista do Aeromóvel ligando o Centro à Zona Sul! Ele teve todo o apoio do Prefeito Fortunati. O Prefeito Fortunati, por iniciativa do Ver. Comassetto, assinou um termo de cooperação técnica com a Trensurb, para fazer um estudo do Aeromóvel ligando o Centro à Zona Sul! Isso não é transporte coletivo de qualidade?

E aí vai mais! A SMOV atendeu todas as demandas atrasadas do Orçamento Participativo! É só consultar! O PT, que foi o fundador do Orçamento Participativo em Porto Alegre, que consulte os Delegados e Conselheiros do OP! A SMOV atendeu a todas as demandas elencadas pelos Delegados e Conselheiros do OP de obras viáveis nas comunidades de Porto Alegre. Então, Porto Alegre está andando em mobilidade urbana.

Transporte hidroviário: ficou engavetado o Projeto de Lei do Dr. Pedro Ruas, de 1988. Já saiu o edital de manifestação de interesse para que as empresas façam o estudo.

Então, há ações que nunca tiveram coragem de enfrentar. E ações decisivas para que nós tenhamos, sim, Porto Alegre rumando ao transporte coletivo e a

uma mobilidade urbana de muita qualidade, respeitando os porto-alegrenses!
Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 042/10.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; colegas Vereadores e Vereadoras, como eu disse no programa Conversas Cruzadas, onde se fez um balanço da cidade de Porto Alegre: tem Vereador que só falta prometer gol na Copa do Mundo de 2014! É uma carta de intenções que não saiu do papel; uma série de obras a que o Vereador se refere, e sequer saiu o edital para que a Cidade, de fato, possa melhorar a qualidade de vida dos porto-alegrenses. Sem contar os projetos listados pela Prefeitura que atacam e atingem a população, como a duplicação da Avenida Tronco. São mais de mil famílias atingidas que sequer sabem onde vão morar. Duas mil famílias, me lembra o Ver. Carlos Todeschini, porque também há outros bairros atingidos pela duplicação da Avenida Tronco.

Então, é uma carta de intenções que aparece em período eleitoral, e logo desaparece, depois das eleições. É absolutamente impressionante! As mesmas propostas, os mesmos debates e nós vamos ver depois, em 2013, de fato o que vão fazer com esses projetos. Aliás, Vereador, muitos deles prometidos em 2008 pelo candidato Fogaça. Podemos lembrar o problema do atendimento à saúde, que era para ter 200 Equipes de Saúde da Família, e o que nós tivemos foi uma roubalheira no caso Sollus e a não ampliação das Equipes de Saúde da Família, tão importante para a cidade de Porto Alegre.

Antes de entrar no problema do Projeto do Ver. Alceu Brasinha, eu não poderia deixar de fazer essa consideração a esses discursos repetitivos que nós ouvimos na tribuna e socialmente.

O Projeto trata como se o problema do trânsito fosse o problema da velocidade. Na verdade, Ver. Brasinha, na minha opinião, é exatamente o contrário disso. O problema do afogadilho no trânsito passa pelo desmonte do transporte público de qualidade! Uma passagem de ônibus de R\$ 2,85 é

altamente restritiva, seja para o uso diário do transporte coletivo, seja para o passeio com os filhos no final de semana, pois uma família de cinco pessoas gasta mais de R\$ 20,00 apenas com o transporte coletivo. Seja pela demora das linhas ou pela superlotação, muita gente abre mão de ir para o trabalho de ônibus e vai de carro, para não ir feito uma sardinha em lata.

A Cidade deve integrar de fato os outros modais de transporte, as ciclovias e as ciclofaixas, junto com as modalidades de transporte, como vimos em Copenhage, onde 60% da população vai para o trabalho de bicicleta, porque tem ciclovia, e, se o cidadão andar de bicicleta, não vai ser atropelado e morrer, como acontece em Porto Alegre. Aqui, ciclistas diariamente são atropelados porque não existe educação para o uso da bicicleta e não existe um modal que inclua bicicleta. Aqui, na nossa Cidade, faltam passarelas e respeito ao pedestre. O problema do afogadilho do trânsito também tem a ver com algumas vias estreitas que temos na Cidade, isso é evidente, mas o problema é que 90 placas são colocadas, por dia, em circulação na nossa Cidade, porque o transporte coletivo é de qualidade duvidosa, porque as pessoas apostam em colocar mais um carro na rua ao invés de usar um transporte público, que seria mais econômico e mais rápido se não vivêssemos nessa farra dos donos das empresas de ônibus na cidade de Porto Alegre que é absolutamente uma vergonha, com um transporte que nunca foi licitado nesses 21 anos e que tem altíssimas tarifas.

Nós não podemos aceitar o seu Projeto. Evidentemente, votaremos contra ele. Faço uma correção ao discurso do Ver. Reginaldo Pujol. O Ver. Pedro Ruas votou contra o Projeto na Comissão de Constituição e Justiça, entendendo que ele é inconstitucional, porque fere o Código de Trânsito Brasileiro, uma vez que a Câmara de Vereadores não pode legislar sobre a velocidade no Município de Porto Alegre.

Eu quero entrar no debate político sobre essa questão do aumento de velocidade. Nós temos uma quantidade enorme de acidentes no trânsito. O aumento de velocidade só pioraria essas condições. O Vereador vai me dizer que as pessoas já andam acima de 60 quilômetros. É verdade, mas o intuito é justamente para que as pessoas cumpram a legislação do trânsito, para evitar acidentes, para que haja mais segurança. Nós não temos na Cidade essa via

de velocidade rápida da qual o Ver. João Carlos Nedel falou, a não ser a *freeway*. A Av. Farrapos não é, pela Av. Farrapos circulam pessoas; pela Av. Ipiranga circulam pessoas, por mais que seja uma grande avenida e que haja uma passarela na universidade, garantindo a segurança do pedestre naquele trecho, mas ela não pode virar uma avenida de velocidade. Quanto mais se aumenta a velocidade, podem apostar que seguirá havendo infrações, em função inclusive do aumento da velocidade. O problema, de fato, não é a velocidade, mas a falta de um sistema de transporte que permita que as pessoas utilizem o transporte público em detrimento do carro. Isso não significa que o carro não auxilie, que não seja uma máquina que ajude quando a gente está com pressa, não é isso, e seria mais econômico para a população, seria menos poluente, e, para isso, a Cidade tem que se adaptar. Nós estamos debatendo, no mundo, o problema do aquecimento global, e também o transporte coletivo tem que ser uma aposta das cidades do futuro, e não o contrário. E não o contrário.

Eu acho, Ver. Brasinha, que não deveria ser permitido vender carros com velocidade de 200 km/h. Em nenhum lugar do mundo é permitido andar a 200 km/h, e por que esses carrões – que, inclusive, mataram gente lá em São Paulo, gente jovem – podem andar a essa velocidade absurda? Eles não deveriam nem ser produzidos, deveria acabar, na produção, o problema da velocidade de 200 km/h. Acho 70 km/h igualmente temerário, acho que não podemos abrir esse precedente, acho que tem que haver estudos, os quais, inclusive, fazem falta no seu projeto, para adaptar Porto Alegre, mas no sentido contrário, de desenvolver o transporte público e garantir mais tranquilidade para a população.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Dr. Thiago Duarte está com a palavra para discutir o PLL nº 042/10.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Ilustre Presidente Haroldo de Souza, eu quero fazer algumas considerações que julgo bastante importantes. Antes, aproveito

este momento de hoje para deixar o meu caloroso abraço à Escola Estado Maior da Restinga pela conquista do carnaval.

Quero dizer, em resposta ao que foi dito aqui pelo Ver. Mauro Pinheiro, que o senhor que andava de *jet ski* na Av. Goethe já vendeu o *jet ski*, Ver. Bernardino. Sobre as obras de mobilidade urbana, eu quero destacar que, na reunião do dia 15 de dezembro da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, Ver. Beto Moesch, o Edital de Manifestação de Interesse, Pitol, a EPTC apresentou para iniciar o transporte hidroviário em Porto Alegre, a partir dos primeiros meses, agora, de 2012. Apesar da resistência da SPH, apesar da grande resistência do Vanderlan Vasconcelos, naquele momento, a EPTC, de forma independente e de forma corajosa, levantou e iniciou a questão do edital, o que provavelmente possibilitará o transporte hidroviário em Porto Alegre agora nos primeiros meses.

Quero destacar aqui, Ver. Luciano, o senhor, que foi Relator, a questão do projeto de lotações na Restinga e Belém Novo, que, na hora de aparecer na foto, aí todo mundo quer. Eu quis aparecer na foto, todo mundo quer aparecer na foto, mas, agora, na hora de lembrar, aqui na tribuna, que isso é uma obra importante do Governo e de dar os méritos ao Governo Fortunati, às vezes a gente se esquece, algumas pessoas esquecem.

Quero lembrar a questão da rótula da Nilo, do Túnel da Conceição, enfim, são obras de Mobilidade Urbana que estão aí para a Cidade ver.

Mas, objetivamente, com relação ao Projeto, Ver. Brasinha, eu quero, primeiro, destacar o Parecer Prévio, que diz aqui no seu início (Lê): "No exercício de tal competência, a União expediu o Código Nacional de Trânsito, que regula (...)". E diz que é procedente só a União legislar sobre a matéria, do que discordo frontalmente. E até o próprio Parecer, no seu seguimento, discorda da premissa anterior. O Parecerista aqui, o nosso Procurador da Casa, diz (Lê.): "Consoante se infere do exposto, a matéria objeto da proposição se insere no âmbito de competência municipal". Então, ele, no seu Parecer, ora diz que é competência da União, ora diz que é competência do Município.

Eu estive consultando delongadamente um doutor em trânsito e quero ler e repetir aqui o § 2º do art. 61 do Código Nacional de Trânsito (Lê.): "O órgão ou entidade de trânsito ou rodoviário com circunscrição sobre a via poderá [a

palavra do legislador é poder] regulamentar, por meio de sinalização, velocidades superiores ou inferiores àquelas estabelecidas no parágrafo anterior”. Logo, senhores, se ele poderá – e ele não legisla sobre a matéria, ele não regulamenta a matéria –, na lacuna, o Legislativo, efetivamente, pode fazê-lo.

Quero também colocar o que está escrito no art. 61, Contran, que já foi dito aqui por alguns Vereadores, mostrando que, efetivamente, Ver. Brasinha, não é inconstitucional o seu Projeto (Lê.): “A velocidade máxima permitida para a via será indicada por meio de sinalização, obedecidas suas características técnicas e as condições de trânsito. § 1º – Onde não existir sinalização regulamentadora, a velocidade máxima será de: I – nas vias urbanas: a) oitenta quilômetros por hora, nas vias de trânsito rápido.” Então, não é inconstitucional. Sob o ponto de vista de saúde, eu queria trazer alguns dados que eu acho que são muito importantes. Em nenhum estudo do mundo, quando foi provocada essa questão da velocidade no trânsito, comprovou que sozinha a velocidade no trânsito possa contribuir para uma maior mortalidade ou morbidade das pessoas que conduzem veículos automotores. Quero dizer que essa também é uma experiência que tenho, como legista, observando os casos. Quero trazer aqui alguns dados do DAER, do Rio de Janeiro: isoladamente, 64% dos acidentes são causados por falha humana; 30% tem origem nos problemas mecânicos e 6% se deve à má conservação da via, principalmente situações de acidentes com mortalidade e com morbidade elevada dos seus ocupantes. Então, a velocidade do veículo automotor não é e não pode ser considerada sozinha.

Outra questão importante de nós fazermos uma reflexão. Por exemplo, a *freeway*, no Rio Grande do Sul, já foi 120 km/h, depois passou a ser 80 km/h, agora, após 100 km/h, é 110 km/h. E não se observou nada, estatisticamente significativa, de aumento da morbidade e mortalidade. Então, eu acho que esse é um exemplo importante que a gente pode utilizar e quero, sem dúvida nenhuma, ousar aqui e dar algumas dicas para o nosso telespectador: é importante que se conheça as leis de trânsito; que se use, efetivamente, o cinto de segurança, porque o fato de o indivíduo ficar no automóvel faz com que diminua a sua mortalidade e sua morbidade – isso, sim, é estatisticamente

comprovado; é importante que ele conheça o seu veículo; que ele esteja em boas condições de funcionamento, e que, sem dúvida nenhuma, não dirija cansado, sob o efeito de álcool e sob o efeito de drogas; não deve, em nenhum momento, aceitar desafios ou provocações e não abusar, em nenhum momento, da autoconfiança. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): A Ver.^a Maria Celeste está com a palavra para discutir o PLL nº 042/11.

A SRA. MARIA CELESTE: Ver. Haroldo de Souza, na presidência dos trabalhos; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, nesta tarde temos uma discussão bastante significativa trazida pelo Ver. Brasinha, que nos faz refletir não só sobre os aspectos constitucionais deste Projeto, Ver. DJ Cassiá. E também sou completamente leiga nos critérios e determinações no que tange à legislação específica do trânsito, a não ser naquelas regras mais amplas. Acho que o Ver. Brasinha traz um debate importante, mas que tem duas questões que, permita-me, gostaria de discutir. Uma delas é do ponto de vista jurídico e legal já apontado pela Procuradoria, é bem verdade, Dr. Thiago, com um Parecer que – e muitas vezes a gente sente isso cada vez que pega um projeto –, muitas vezes, não é um Parecer contundente em uma linha de argumentação, mas muito amplo e genérico, que nos leva também a refletir sobre a constitucionalidade. Agora, de fato, nós temos um Código de Trânsito Brasileiro que é a legislação que trata de todas as questões pertinentes ao trânsito, especialmente nos municípios brasileiros.

E a segunda questão, Ver. Brasinha, eu fiquei muito preocupada e já havia votado a favor do Parecer do Ver. Waldir Canal pela inconstitucionalidade da matéria em relação à constitucionalidade da Lei Maior, mas também na questão do mérito. O aumento de velocidade nas nossas cidades tem, sim, propiciado elevados números de acidentes. Mesmo que sejam apenas 10 km/h, como o Ver. Nilo Santos argumentava na sua fala desta tribuna. Acho temerário, porque mesmo sendo um limite de 60 km/h em várias vias da nossa Cidade, nós temos casos, por exemplo, de uma velocidade de 140 km/h na

entrada da Cidade, na Av. Presidente Castelo Branco; de 120 km/h na Av. Ipiranga, que já foram autuados e multados; de 113 km/h, na Av. Manoel Elias, na nossa Cidade; casos de motoristas inadequados autuados por um alto limite de velocidade na Av. Carlos Gomes, 85 km/h. E me permita dizer, se esse aumento permitido do limite da velocidade for de fato institucionalizado, o que acredito não aconteça pela questão legal, nós teremos, sim, um maior número de motoristas ainda com limites muito maiores de velocidade sendo monitorados, apreendidos e multados.

Nós sabemos que precisamos de educação para o trânsito, é importante, isso é um aspecto necessário, mas sabemos que só quando dói no bolso é que de fato as pessoas se conscientizam e vêm onde cometem o erro e aí, sim, voltam atrás na sua conduta e no seu comportamento. Infelizmente, no trânsito brasileiro, ainda é assim. Portanto, a medida da multa ainda é necessária, mas todos nós temos que combater essa questão da multa excessiva, com a qual também não concordamos.

Agora também tenho muitas dúvidas quanto ao seu projeto, porque não há nenhum levantamento da própria EPTC sobre os critérios dados para essa mudança da velocidade. Acho que podemos abrir um canal, um grupo de discussão, junto com a EPTC, para verificar. Se pegarmos os dados de trânsito da Cidade, nós percebemos que, nos últimos anos, os maiores índices de aumento de acidentes têm acontecido exatamente pelo uso inadequado do aumento da velocidade por alguns motoristas, porque os maiores índices se dão através da colisão, do choque, depois vem o atropelamento. Significa que os carros estão andando em alta velocidade. É só pegar os dados da própria EPTC disponibilizados no site da Prefeitura.

Então, por isso, nós precisamos saber quais são os critérios que são elencados, e isso o seu projeto não contempla, para que haja de fato a necessidade ou não de determinado aumento de velocidade em determinadas vias da Cidade.

Precisamos ter critérios, precisamos ter um estudo sobre isso, e isso não está constatado.

Outra questão importante que acho necessário referenciar é que o trânsito de Porto Alegre de fato está saturado. Ele está saturado certamente pelo uso

individual do carro e não pelo estímulo ao transporte coletivo de qualidade que precisaríamos ter. Se tivéssemos ônibus com qualidade no seu transporte, menor intervalo de horários, mais rápidos, maiores acessos, certamente deixaríamos o carro em casa e usaríamos o transporte coletivo. Esses têm sido os grandes exemplos de cidades da Europa, dos Estados Unidos, que têm privilegiado vias alternativas, mobilidade urbana, trânsito seguro e, sobretudo, o transporte coletivo, em detrimento do transporte individual. Todas essas questões nós precisamos levar em conta na discussão a este Projeto. Achei muito interessante a proposta do Ver. DJ: que haja um grupo de estudos que sinalize critérios, que faça estudo técnico para nos balizar na nossa decisão. Portanto, quero solicitar que o senhor adie a discussão do seu Projeto para que possamos encontrar essa saída, junto com a EPTC, porque é ela que tem os dados, é ela que está atualizada com os critérios, com os elementos necessários para essa proposta de alteração. Muito obrigada, Sr. Presidente.
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Professor Garcia está com a palavra para discutir o PLL nº 042/10.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Prezado Ver. Haroldo de Souza; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste, primeiro quero cumprimentar o Ver. Brasinha por ter trazido este tema para discussão na nossa Cidade. Sabemos que Porto Alegre tem seus problemas viários, gravíssimos. Primeiro, é uma Cidade que cresceu muito, as suas vias são pequenas, em regra geral, e nós temos quase 700 mil veículos – isso dificulta. É claro que V. Exa. já sabe que não vai ver a sua intenção sendo vitoriosa, mas viu que todos os Vereadores se interessam por este tema. Por esse aspecto, já entendo que V. Exa. é um vitorioso.

Vejo que de muitas coisas poderíamos falar – ouvi atentamente os Vereadores –, por exemplo, a questão dos corredores de ônibus. Ora, os corredores de ônibus de Porto Alegre, todos eles, são subutilizados. O último corredor a ser construído foi o da 3ª Perimetral. Imaginem os senhores que este Vereador entrou com um Projeto de Lei, depois fizemos um acordo e, a partir de 2007,

nos domingos e feriados, a 3º Perimetral serve para lugar de lazer e recreação, porque ela é subutilizada. O que acontece? Os ônibus foram fazendo as suas malhas viárias, entrando em tudo que é rua, e não foram diretamente para a questão dessas vias. Se nós notarmos, na Zona Norte, também é pouco utilizada a Av. Farrapos, que é um pouquinho mais utilizada porque serve de corredor para ônibus dos outros Municípios. Agora, por que não fazer como no Rio de Janeiro, que funciona muito bem: aonde passam os ônibus, táxis com passageiros podem ir naquela mão, ambulância com paciente também pode ir naquela mão. Isto dá uma fluidez maior, permite o fluxo. Agora, aqui, a EPTC não quer discutir este aspecto, porque diz que complicaria mais o trânsito. Mas eu acho que está na hora, cada vez mais, de discutir. Lembro que o Ver. Mario Fraga entrou com um Projeto tentando copiar aquilo que foi feito em São Paulo. E São Paulo fez a experiência das placas par e ímpar, mas também não resolveu, porque lá há muitos veículos. Mas eu entendo – e V. Exa., pela minha fala, já sabe que eu não vou votar favorável – que em algumas vias seria possível. Por exemplo, onde foi recém construído o BarraShopping é uma via ampla, larga; ali, talvez, pudesse aumentar a velocidade, mas nós temos que pensar na Cidade como um todo. Entre aumentarmos num determinado momento e ter a prudência, nós temos que ter a prudência.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Vereador Professor Garcia, só gostaria de citar esse Projeto do Vereador que tratava e trata de permitir as ambulâncias... e parece que ele é inócuo, porque nós sabemos que, na legítima ação para salvar uma vida, a ambulância é um automóvel qualquer que, comprovadamente, pode desrespeitar as regras estabelecidas, desde que, evidentemente, cuide para não cometer um outro acidente.

O SR. PROFESSOR GARCIA: É, Vereador, mas isso aí causa um transtorno na vida de quem fez a infração, porque ele acaba se incomodando até comprovar e, muitas vezes, ele prefere pagar multa, porque ele tem que constituir um advogado... Então, são situações que precisariam, talvez, de uma questão de consenso, mas não é isso que ocorre. Agora, eu quero dizer que

está na hora, sim, de Porto Alegre pensar – e eu não sei qual é a solução. E aí muitos falaram, os engenheiros, e eu tenho que acreditar nos engenheiros, porque são pessoas que, afinal de contas, fizeram o seu estudo para isso. Esses engenheiros de trânsito conseguem... E lembro que Porto Alegre, há uns anos, começou a criar rotas alternativas, e, se nós pararmos para pensar, grande parte daquelas rotas alternativas, hoje, são utilizadas – claro que já estão totalmente congestionadas –, mas são, sim, uma solução.

Por último, algumas soluções que foram feitas: por exemplo, na Rua Ramiro Barcelos, todo mundo dizia que era impossível. Desculpem o termo, mas foi feito o velho feijão com arroz, e está funcionando. Então, como diz o Ver. Dib, talvez tenhamos que simplificar mais as coisas. Muito obrigado, Vereador.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para discutir o PLL nº 042/10, por cedência de tempo do Ver. Elói Guimarães.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, volto novamente a esta tribuna, Ver. Todeschini, para discordar de alguns discursos, principalmente do discurso da Ver.^a Fernanda Melchionna. Quero discordar completamente do discurso dela, porque, nós, em Porto Alegre, temos um dos melhores transportes públicos, Vereadora. Se a senhora andar em outras cidades; se for lá em Santa Cruz de la Sierra, não vai conseguir andar; se for ao Uruguai, o transporte é horrível; se for a Buenos Aires, a mesma coisa; se a senhora for a Curitiba, onde eles fazem uma propaganda, não é igual ao nosso transporte. Confesso que já andei muito de ônibus. Tu sabes que viajo bastante atrás do meu Grêmio, sempre vou. Então, quero dizer que discordo completamente da senhora, porque nós temos o melhor transporte, temos a melhor qualidade e temos motoristas de ônibus competentes, que dirigem muito bem.

Volto a dizer, novamente, sobre o meu Projeto, que realmente o apresentei porque vejo a necessidade de um aumento de velocidade. Qualquer um de nós sabe que é preciso aumentar ou, quem sabe... Não há outro recurso, Ver. Dib.

O senhor fala que o meu Projeto é inconstitucional. O Ver. Dr. Thiago deu uma aula para nós. Parabéns, Ver. Dr. Thiago, o senhor foi muito feliz na sua explanação, porque realmente acontece. Conheço e gosto muito do Ver. Dib, mas quero discordar do seu Parecer. Mas eu pergunto a Vossa Excelência: essas cidades que aumentaram a velocidade, como Florianópolis... São 80 km/h dentro da cidade, Vereador! Não é a Castelo Branco, que é fora. Lá são 80 km/h. Em São Paulo, nas marginais, é 70, 80 e 90 km/h. No Rio de Janeiro, onde tem a Linha Verde, a Linha Amarela, a Linha Vermelha, também tem essas velocidades diferenciadas. Claro que tem locais aqui em que não pode acontecer isso. Mas a 3ª Perimetral, depois das adaptações, acho que pode ser uma via rápida. Se eu for criticado por pessoas que entendem de trânsito, qualificadas em trânsito, doutores em trânsito, como o meu querido amigo, Secretário Vanderlei Cappellari, e o Carlos Pires, eu aceito a crítica, porque eles estão no dia a dia no trânsito, fazendo a Cidade fluir.

Nós sabemos o quanto a rótula da Av. Nilo Peçanha com a Carazinho incomodou. E isso se deve ao Governo do PT, que fez aquela bela porcaria na época, e ficou anos, até chegar um Secretário que quis mudar, o Secretário Cappellari. Ele foi lá e mudou. O mesmo com a Rua Ramiro Barcelos: o homem abriu a Ramiro! Aliás, foi no Governo do PT que se trancou a Ramiro, foi um absurdo que fizeram! Eu não sei por quê.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte?

O SR. ALCEU BRASINHA: Qual a explicação que a senhora dá para a interrupção da Ramiro?

A Sra. Sofia Cavedon: Ver. Brasinha, alguns elementos são importantes para a sua crítica, que respeito. A rótula da Praça da Encol, como nós chamamos, da Nilo, sou vizinha, moro ali na Carazinho, levou anos para ser modificada pela ação dos moradores no Ministério Público. O Governo Fogaça e Fortunati procrastinou essa mudança por anos. Quando ela nasceu conosco, ela já foi um ganho, foi ótimo, só que ela ficou saturada. Então, Vereador, reponha a

verdade! Na verdade, levaram anos para responder o que o Ministério Público estava obrigando o Governo Fogaça e Fortunati a realizar.

O SR. ALCEU BRASINHA: Eu quero discordar de V. Exa., Vereadora, porque V. Exa. estava na condição de Vereadora na época. Se V. Exa. quisesse, poderia ter feito algum discurso contra a rótula da Av. Nilo Peçanha.

Volto a dizer: quero concordar com as pessoas que acreditam que podem mudar o trânsito. Quem sabe esses cidadãos, esses senhores, essas senhoras que me mandam *e-mail* e me mandam mensagem – eu costumo dizer na rádio o número do meu telefone no ar, eu digo que sou despachante do povo –, quem sabe essas pessoas estão erradas? Eu tenho 1.200 mensagens no meu celular de pessoas que são favoráveis ao meu Projeto, poucos mandaram contra! Mas mandaram também; poucos, 5%.

Então, quem sabe, busquemos um debate mais intensivo depois que o Ver. DJ Cassiá solicitou que eu fizesse um estudo junto com a EPTC. Vou pedir ao Presidente, logo mais, que seja adiado por três Sessões para buscarmos mais um debate e, quem sabe, ter um estudo de viabilidade da EPTC, das autoridades de trânsito. Isso, sim, eu acho que deve acontecer. Obrigado, Ver. DJ, vou acatar a sua sugestão e a da Ver.^a Maria Celeste de que busquemos um estudo mais aprimorado, mas eu quero dizer que eu não desisto dessa ideia de aumentar a velocidade para 70 km/h, porque a Cidade precisa ganhar. Se quiserem sediar uma Copa do Mundo, aqui vão chegar turistas de todos lados e não vão conseguir nem andar, nem fluir, e aí a Cidade tranca. E aí eu quero ver os Vereadores dizerem que são contra.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Solicito à Ver.^a Fernanda Melchionna que assuma a presidência dos trabalhos.

(A Ver.^a Fernanda Melchionna assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra para discutir o PLL nº 042/10.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Obrigado, Ver.^a Fernanda Melchionna. Eu vim aqui para discutir este assunto, pois me parece que a proposição apresentada pelo Ver. Brasinha é meritória no que diz respeito ao debate, porque, de fato, a questão da mobilidade urbana é uma das mais sensíveis e de interesse de absolutamente toda a população de Porto Alegre. O Ver. Brasinha propõe alteração do limite de 60 km/h para 70 km/h. Eu me filio à sugestão apresentada pela Ver.^a Maria Celeste de que nós possamos, Ver. DJ, em conjunto com a EPTC, fazer um aprofundamento da proposição, pois, sem dúvida, nós precisamos melhorar a velocidade de mobilidade na Cidade. Agora, a minha dúvida é a seguinte, Pujol e DJ Cassiá: hoje, você vai numa estrada como a Cristiano Kraemer, por exemplo, e tem uma lombada física a cada 100 metros, o que já denota que tem abuso, excesso de velocidade. Assim como inúmeras ruas e avenidas importantes, de ligação estão completamente minadas por lombadas físicas, que indicam a necessidade de redução de velocidade e não de ampliação. Por isso é importante a gente ouvir a EPTC.

Nós também temos que ter a consciência de que só recentemente a mobilidade teve uma melhora significativa porque, meus amigos, na época do Senna – e me parece que isso é consenso –, a Cidade praticamente parou. Nós não tivemos mais binários, nós não tivemos melhoria de rótulas, nós não tivemos ampliação de pistas, nós não tivemos sinalizas colocadas, nós não tivemos sinalização de trânsito, a Cidade parou por mais de cinco anos com o Senna. Foi um desastre para a mobilidade! Foi um desastre que se reflete até hoje, porque muito investimento poderia ter sido feito, e alguns muito importantes, como, por exemplo, a questão, chamada de feijão com arroz, da abertura da Rua Ramiro Barcelos, que foi importante, sim. Portanto, tem muita coisa a ser feita até o esgotamento das vias existentes.

O meu contentamento será se nós pudermos andar a 60 km/h onde o limite é 60 km/h. O problema é que nós não andamos nem a 60, nem a 50, nem a 40 e, às vezes, nem a 30 km/h! Por quê? Por um conjunto de problemas que se somam a isso: o atraso no investimento, o crescimento da frota, que é visível, são mais de cem carros novos por dia, são muitos veículos, são mais de dois

mil veículos por mês só em Porto Alegre. Tem que, inclusive, ter um senso muito crítico sobre quais obras devem ser feitas, porque não adianta eu imprimir uma velocidade se depois fica tudo congestionado lá na frente, na segunda ou na terceira sinaleira – aí vai continuar na mesma.

Gasta-se uma montanha de dinheiro público e não há solução, por isso os remédios para mobilidade, os remédios para trânsito têm que ser pensados de forma conjunta, articulados, e não é uma única medida, isolada que resolve o problema. São conjuntos de medidas que envolvem escalonamento de horários de escolas, do comércio, que envolvem uma conscientização para maior uso do transporte coletivo; deve-se fazer, sim, muitas pequenas obras de engenharia de tráfego e de mobilidade urbana que melhorem as ruas. Talvez a velocidade, num sistema articulado, possa ser um elemento também de auxílio, mas nunca algo isolado é remédio para tudo.

Portanto, quero aqui considerar essa proposição importante, com fundamento, mas ela tem que ser examinada, discutida, tem que ser trabalhada em conjunto com a EPTC. É importante que os técnicos tenham influência, pressão, que eles sejam tensionados pelo poder político das comunidades, da sociedade, dos cidadãos de Porto Alegre. É sempre importante que a técnica venha acompanhada da política e da vontade popular, porque senão a tecnocracia, escondida nos gabinetes, vira aquilo que era o Senna: uma tragédia! Ou nós não lembramos, por exemplo, dos Portais da Cidade? Uma vez veio o Vereador e atual Secretário apresentarem um projeto: não era mais do que um vídeo animado de computador, não tinha projeto nenhum! Nós fomos aqui ludibriados, enganados várias vezes pelo Senna e pelo Clóvis Magalhães, que, inclusive, gastaram uma montanha de dinheiro público e não produziram absolutamente nada! Inclusive, mereciam uma investigação, não é, Comassetto? Eu sei que foram enterrados mais de R\$ 5 milhões em projetos dos tais Portais da Cidade, que eram coisa do Senna e do Clóvis, e até agora não tem nada. Pura engambelação! Eles vieram aqui com vídeo animado por computador dizendo que aquilo era projeto; desde quando vídeo animado por computador é projeto? Nunca, zero!

Mas temos que pensar de forma diferente: penso que o que está proposto pode ser, sim, um elemento de auxílio na mobilidade. Agora, vamos valorizar o

conhecer e o saber técnico e as tensões comunitárias e cidadãs que envolvem a decisão sobre a matéria. Obrigado pela atenção de todos!

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Ver. Carlos Todeschini.

O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para discutir o PLL nº 042/10.

O SR. NELCIR TESSARO: Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini; colegas Vereadores, colegas Vereadoras, público que nos assiste, venho a esta tribuna para também discutir este Projeto meritório do Ver. Brasinha. Digo que é meritório porque nós temos diversas cidades neste País onde as velocidades são diferentes das aplicadas em Porto Alegre e também porque entende que hoje o problema talvez seja o fluxo de veículos pela velocidade, e não o nosso problema, que nós temos sinaleiras a cada esquina.

Mas eu quero dizer, Ver. Brasinha, da dificuldade de aplicar essa legislação de 70 km/h. Hoje, nós não conseguimos andar a 60 km/h! E, quando conseguimos uma folga entre uma sinaleira ou outra, como é o caso da 3ª Perimetral – logo abaixo do Posto Darcy –, nós notamos que há uma camionete dos “azuizinhos”, camuflada, embaixo de uma árvore, atrás de um poste. E, depois, dizem que os agentes fiscais da EPTC não estão escondidos em Porto Alegre! Se ele tem uma camionete, será que ele precisa ficar embaixo de uma árvore para ter mais sombra? E atrás de um poste para o sol não bater nele? Ou será que é justamente para ficar camuflado como estão duas vezes por semana naquele local, logo abaixo, onde tem o Jardim Botânico, a UFRGS? Então, ficam ali, camuflados, embaixo de uma árvore, escondidos atrás de um poste! Isso é que não pode ocorrer! Então, não adianta nós votarmos 70 km/h e termos essa aplicação arrecadatória em Porto Alegre! É arrecadatória, sim, porque a legislação diz que não poderia haver mais inspeção de velocidade escondida! E eles estão escondidos em Porto Alegre novamente!

E tem mais dois problemas em Porto Alegre. Se arrancar veículo para chegar até 70, Ver. Mauro Pinheiro, já chega na outra sinaleira. Como na esquina da

Cristóvão Colombo, que no intervalo de cem metros tem quatro sinaleiras. Aí dizem que aquilo é perimetral. É perimetral para quê? Para andar a 30 por hora. É por isso que a Carlos Gomes e a Dom Pedro estão congestionadas todos os dias. Não é pela velocidade: é pela má organização de colocar sinaleiras a cada esquina. Porto Alegre está virando, Ver. Ferronato, a indústria da sinaleira! Eu não sei se isso é lá com a fábrica de Santa Cruz ou com quem é, mas em Porto Alegre a cada esquina tem uma sinaleira. É lamentável!

E o terceiro problema é nós termos liberado os 70 km/h enquanto as nossas ruas têm buracos. Há ruas boas, mas há ruas, Ver. DJ, que são uma buraqueira! Eu não sei se também não é o problema da má qualidade do asfalto, porque a cada chuva o asfalto se vai. Então, nós temos que verificar. Eu não estou acusando o Secretário ou o Prefeito, eu só estou dizendo que nós temos que mudar a qualidade do nosso asfalto. Na entrada de Porto Alegre, na Castelo Branco, onde a velocidade é de 80 km/h, o asfalto é bom. Então, tem que manter.

Agora, eu acho que nós temos que analisar muito bem o seu Projeto, Ver. Brasinha, que é meritório, porque, conversando com colegas nossos, vizinhos e amigos, Ver. Tarciso, eles dizem: “Fui multado por estar a uma velocidade de 61 quilômetros, 62 quilômetros”. Claro que há aquela tolerância. Mas não é tolerância. É tolerância, porque nenhum dos velocímetros trabalha com igualdade de condições. Então, na realidade, está se fazendo a emboscada para faturar, é a emboscada para arrecadar os R\$ 30 milhões anuais que são usados para manter a estrutura da nossa Secretaria de Mobilidade Urbana e da EPTC e não para educação para o trânsito como deveriam ser utilizados os recursos das multas de Porto Alegre.

Eu gostaria de saber também onde estão sendo aplicados os recursos arrecadados com os parquímetros. Será que o Ver. Dib sabe informar quanto arrecadam por mês os parquímetros? Eu nunca vi uma planilha de cálculo: quanto arrecada, quanto gasta e para onde vai esse dinheiro. Eu queria saber. Eu acho que é direito da Câmara de Vereadores saber qual o valor da arrecadação em multas e em estacionamento. Estacionamento privatizado pela EPTC em Porto Alegre. Quanto se arrecada? Vamos saber isso também. Eu não sou contra isso, e não é justo que pessoas deixem os seus carros

estacionados o dia inteiro em um local ocupando uma vaga que pode ser utilizada de forma rotativa, mas eu quero saber para onde foi esse recurso. Quem sabe nós vamos aplicar nas nossas escolas, nas nossas crianças, Ver. Tarciso, que tanto tem na Cidade; quem sabe vamos fazer propaganda educativa de trânsito ao invés de fazer propagando do que foi feito em Porto Alegre. Precisamos disso cada vez mais.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) O Ver. Nelcir Tessaro toca em um assunto que é muito importante. Eu vejo que a campanha de trânsito se faz com uma publicidade não arrecadatória, e não com multas que pesam no bolso do cidadão. As pessoas ficam mais indignadas com isso.

O SR. NELCIR TESSARO: Concordo plenamente com isso, porque, muitas vezes, existe um motorista que está ali, sem cinto, como em muitas outras cidades, e o azulzinho comunica o que está ocorrendo para aquele cidadão e o previne daquilo. O que não pode é chegar e multar sem saber... E aquela tal de fé pública? Fé pública eu aprendi nos livros, na faculdade, nobre advogado Reginaldo Pujol, fé pública é do oficial de justiça, e não do “azulzinho”. “Azulzinho” com fé pública! Isso é uma legislação fantasiosa que fizeram agora. Então, temos que rever a educação no trânsito e também o poder de fiscalização e de arrecadação que está sendo dado aos agentes.
(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Carlos Todeschini assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Apregoo Requerimento, de autoria dos Vers. Alceu Brasinha e Reginaldo Pujol, que solicita adiamento da discussão do PLL nº 042/10 por três Sessões.

Em votação o Requerimento, de autoria dos Vers. Alceu Brasinha e Reginaldo Pujol, que solicita adiamento da discussão do PLL nº 042/10 por três Sessões.

(Pausa.) O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, meus senhores e minhas senhoras, acho que esse Projeto deveria ser votado e rejeitado, sem dúvida alguma. A minha preocupação, Sr. Presidente, é que hoje estamos abrindo uma porteira para mudar o Código Nacional de Trânsito; amanhã talvez queiram mudar o Código Penal; depois de amanhã, o Código Civil ou o Código Tributário. É tão claro o Código Nacional de Trânsito, ele diz no seu art. 1º (Lê.): “O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código”. Estão querendo mudar este Código! A Câmara não tem autoridade para fazer uma mudança no Código Nacional de Trânsito. Então, eu tenho medo: é melhor votarmos, porque vinte ou mais Vereadores já falaram aí, e é capaz de, num descuido, mudarem o Código Nacional de Trânsito na Câmara Municipal de Porto Alegre. Então, eu quero votar e rejeitar. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria dos Vers. Alceu Brasinha e Reginaldo Pujol.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, evidentemente, todas as posições nesta Casa são respeitadas e respeitáveis, mas nem sempre a gente pode se curvar em relação a elas. O meu querido amigo Ver. João Dib parece que não entende o sentido desta proposição. Diante de apelos que ocorreram na tribuna, de se fazer uma tentativa de mediação da proposta do Ver. Alceu Brasinha, todos nós concordamos que não se deva encerrar a discussão no dia hoje, para que se busque essa tentativa num gesto democrático, que é comum em todos os Parlamentos do mundo, onde, diante de algumas propostas e por determinadas circunstâncias, se faz um derradeiro esforço no sentido de encontrar conciliação.

Obviamente, há muitas pessoas absolutamente convencidas de que a proposta do Ver. Brasinha é inconstitucional, situação com a qual eu não concordo, mas essa maioria das posições aqui na Casa, mesmo se sustentando na inconstitucionalidade, vê na proposta do Ver. Brasinha uma tentativa válida de se enfrentar uma situação que é real na cidade de Porto Alegre, que gera até piada, de que a lei do Ver. Brasinha, no trânsito atual de Porto Alegre, não teria sentido, porque ninguém consegue andar a 40 km/h aqui, que dirá a 60 km/h. Obviamente, quando se faz uma lei, faz-se para atender um universo idealístico que se busca. Nós não imaginamos que Porto Alegre vá ser eternamente uma Cidade com vias congestionadas; nós entendermos que, dentre em breve, a 3ª Perimetral, por exemplo, com as obras que serão realizadas, Ver. Mauro Pinheiro, serão transitáveis, nelas poderão se desenvolver uma velocidade maior do que os 30 km/h ou 40 km/h que hoje se desenvolvem. E isso não é nenhuma novidade. No Brasil todo, já foram feitas vias expressas dentro do Município e, dentro do poder local, criou-se uma autorização para que, naquelas vias expressas, fosse possível trafegar acima de 60 km/h. Então, suspender os trabalhos e conceder as três Sessões de adiamento é uma oportunidade em que, a partir da proposta do Ver. Brasinha – que não é nenhuma coisa do outro mundo, é repleta de boas intenções –, nós possamos nos sentar e, quem sabe, conversando, encontrar uma solução, porque, afinal, o Ver. João Dib aprendeu junto comigo o *slogan* “conversando a gente se entende”, e eu sempre busco o entendimento; por isso, propus o adiamento, e espero que a Casa o aprove.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento, como autor.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Ver. Todeschini, realmente, Ver. João Dib, eu fui obrigado a voltar a esta tribuna, porque eu posso pedir o Requerimento e V. Exa. quer me derrotar. Mas eu quero lhe dizer, Ver. Dib, tudo mudo nesta vida. Lá atrás, Ver. Dib, há 40 anos, era muito um carro andar a 50 km/h, 60 km/h, mas veio avançando cada vez mais, Ver. Dib. O senhor é

um homem inteligente, foi um Prefeito que olhava para a frente, e me admira muito o senhor não querer que a velocidade aumente. E V. Exa. usa carro. Eu quero até dizer que, se também quisermos fazer um projeto que não permita que carros saiam da fábrica com velocidade maior do que 100 km/h, nós também teremos de fazer projeto contra a bebida de álcool, que não seja mais fabricada aqui no Brasil; quem sabe fazer também um projeto que não permita que seja mais fabricado o cigarro? Nós temos que começar a pensar. Se o Ver. Dib não quer, ele acha que abre a porteira... Não abre a porteira, Ver. Dib. O senhor mora numa metrópole como Porto Alegre e quer que a Cidade continue trancada? Um Líder do Governo como é o senhor... O senhor é um Líder retranqueiro, na realidade. O senhor é o homem da retranca, igual ao Celso Roth. Então eu quero dizer, Ver. João Dib, que é um direito que nós temos de adiar o Projeto. Quando o senhor apresentou projetos, vários já foram adiados. Agora, por que é o Brasinha não pode? Por que é o trânsito não pode? Claro que pode. Então, quero dizer que eu tenho a mesma força no dedo que o senhor, mesmo o senhor tendo os seus 10, 14 mandatos. Eu quero dizer que eu tenho a mesma força que o senhor.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria dos Vers. Alceu Brasinha e Reginaldo Pujol.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, eu acho que é um direito democrático de qualquer um requerer o adiamento da votação dos seus projetos. Nós já adiamos dezenas de projetos de autoria dos Vereadores que resolvem botar em votação quando houver estudos ou debates suficientes com a Cidade. O Ver. Alceu Brasinha sabe muito bem da minha posição contrária ao seu Projeto; identifica mal o problema do trânsito. O problema do trânsito em Porto Alegre é, por um lado, o excesso de carros e o afogadilho de outras vias, e não a velocidade. A velocidade, inclusive, pode ajudar a piorar esse problema de excesso de carros, e, ao mesmo tempo, o transporte coletivo cheio de problemas de demora, de superlotação e de tarifa alta, fazendo com

que boa parte da população saia de carro, ao invés de sair de ônibus e outros meios de transporte, como a bicicleta. Nós não temos uma cidade que permita a utilização da bicicleta com segurança, como meio de transporte para o estudo, para o trabalho, enfim. Agora, é um direito democrático requerer o adiamento por três Sessões, e nós acompanharemos o Requerimento do Ver. Alceu Brasinha.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria dos Vers. Alceu Brasinha e Reginaldo Pujol.

O SR. MAURO PINHEIRO: Ver. Carlos Todeschini, na presidência dos trabalhos; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos assiste pelo Canal 16, companheiro Ver. Alceu Brasinha, venho aqui para encaminhar o seu Requerimento para adiar por três Sessões, e concordo plenamente, Ver. Pujol, Ver. Alceu Brasinha. O Projeto do Ver. Brasinha é meritório, talvez Porto Alegre não esteja preparada, Ver. João Antonio Dib, e como V. Exa. falou, também tem a ligação do Código de Trânsito Brasileiro. Eu acredito que tenha um equívoco na boa vontade do Ver. Alceu Brasinha de mudar a velocidade de 60 km/h para 70 km/h em toda a Cidade, em todas as ruas. Isso está equivocado. Agora, se nós fizermos a projeção de algumas vias que podem ser rápidas, e hoje não temos isso em Porto Alegre, se pudermos escolher algumas vias e melhorar o trânsito, Ver. Alceu Brasinha, talvez a 3ª Perimetral, a Av. Carlos Gomes, algumas vias, de preferência, no entorno de Porto Alegre. Como é em São Paulo que existe o Rodoanel, que faz uma rotatória em toda a cidade. Isso sim. Mas só que Porto Alegre, infelizmente, hoje não está preparada. O trânsito em Porto Alegre não está fluindo nem a 60, nem a 50, nem a 40 km/h. Então não adianta nós aumentarmos, hoje, a velocidade sem a projeção de melhoria em algumas vias. Eu acho que é isso que nós temos que buscar, Ver. Tessaro, quais as vias em que poderemos fazer obras. Qual a grande obra na cidade de Porto Alegre para ajudar na mobilidade urbana e no trânsito de Porto Alegre? A única grande obra que eu ouvi citada, inclusive pelo Ver. Alceu Brasinha, foi a

retirada da rótula da Av. Dr. Nilo Peçanha e a colocação de uma sinaleira, que, segundo a Ver.^a Sofia Cavedon, foi por ordem do Ministério Público. Então não tem obra em Porto Alegre há muito tempo. A última grande obra foi a 3ª Perimetral. Então, como nós vamos aumentar a velocidade? Quando a Prefeitura, que é do seu Governo, Ver. Alceu Brasinha, coloca não só as sinaleiras, como o Ver. Tessaro falou que é a indústria da sinaleira, mas e a indústria do pardal? Quantos pardais foram colocados na cidade de Porto Alegre nos últimos dias, Ver. Tessaro? Vinte e três, V. Exa. está falando. Vinte e três, Ver. Pujol. Os pardais são para educar o trânsito ou para arrecadar? Eu tenho dúvida. Se eu quero educar o trânsito, Ver.^a Fernanda, eu coloco lombada eletrônica a qual, a longa distância, eu a vejo, diminuo a velocidade e passo a 40 km/h. Mas não são lombadas eletrônicas que estão sendo coladas em Porto Alegre, são pardais de difícil visibilidade, e as pessoas não acostumadas com os pardais nesses locais acabam sendo multadas. Então eles não reduzem a velocidade, não ajudam a diminuir a velocidade naqueles locais essenciais, como na frente de escolas e de condomínios, e ainda multam. São pardais arrecadatários.

Portanto, Ver. João Antonio Dib, eu sou favorável, sim, a buscarmos vias rápidas em Porto Alegre, mas quais vias, Ver. Alceu Brasinha? Tem que ser determinado e tem que ter obras, Ver. João Antonio Dib, na cidade de Porto Alegre, para melhorar o trânsito, a mobilidade urbana, porque há muito tempo não tem. Critica-se muito o Partido dos Trabalhadores nos seus 16 anos, mas, nesta Gestão, não houve obras em Porto Alegre. Aliás, a única modificação no trânsito que eu vi, gostei, e que foi por acaso, foi da Rua Garibaldi quando tiveram que mexer no Túnel da Conceição, que estava em obras, e abriram a Rua Garibaldi, o que ficou muito bom. Parabéns ao Cappellari pela Rua Garibaldi! Então há algumas coisas que foram feitas, mas obras não, Ver. João Antonio Dib! Nós precisamos de obras, precisamos pensar melhor o trânsito de Porto Alegre, a mobilidade urbana está muito ruim. Nós não conseguimos mais andar na cidade de Porto Alegre, e não é pela velocidade, Ver. Alceu Brasinha: é por pensar o tráfego, buscar novas questões. Por exemplo, Ver. João Antonio Dib, por que não vias alternativas? Zona Norte de Porto Alegre, há centenas de milhares de pessoas que vêm pela Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira e

entram pelo Passo das Pedras, cortando caminho para sair da Av. Baltazar de Oliveira Garcia e da Av. Protásio Alves, que estão intransitáveis. Por que não pegar essa via alternativa, melhorar, asfaltar a Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, identificar e botar “via alternativa”.

Vamos criar vias alternativas na cidade de Porto Alegre, Ver. Nelcir Tessaro. Aí, sim, o trânsito vai fluir melhor. Precisamos mais imaginação, mais inovação e criar condições para termos uma Cidade melhor, porque está muito difícil o trânsito de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Solicito aos Vereadores que, quando se manifestarem, se atenham ao tema do encaminhamento.

O Ver. DJ Cassiá está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria dos Vers. Alceu Brasinha e Reginaldo Pujol.

O SR. DJ CASSIÁ: Ver. Carlos Todeschini, na presidência dos trabalhos; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Ver. Reginaldo Pujol, eu, quando vim para esta Casa, vim com um compromisso com a sociedade. E também quero dizer aqui, Ver.^a Fernanda Melchionna, que vim com uma estratégia própria de não fazer um montão de projetos de lei. Eu hoje aqui tenho só dois ou três projetos de lei aprovados durante o meu mandato, e acho que é o que vai ser até o final do meu mandato. Sabe por que, Ver.^a Fernanda? Porto Alegre – me desculpem – foi mal projetada; alguém a projetou mal, e não fui eu, eu não fui, eu não fui! Porto Alegre foi mal projetada, Ver. Elói Guimarães. Não vou ficar aqui, Ver. João Antonio Dib, dizendo que foi A, B ou C, mas foi, a prova está aí, Ver. João Antonio Dib, qualquer dia não saio da minha garagem com o meu carro, e o senhor acha que Porto Alegre foi bem projetada? Salvo melhor juízo – me ajudem! Agora, não vou ficar, também aqui – não é do meu feitio – dizendo que o governo A deixou a desejar, que o governo B deixou a desejar; eu tenho responsabilidade e compromisso, pelo menos, de tentar, aqui, colaborar com que as coisas andem bem para a Cidade. Quero aqui, Ver. João Antonio Dib, tranquilamente, manter a minha posição e a proposta que fiz aqui, e quero dar

parabéns ao Ver. Brasinha, por ele ter acolhido a proposta deste humilde Vereador, humilde perto de muitos outros que estão aqui há muito tempo, que são doutorados, e eu não sou doutorado. Este humilde Vereador quer, Ver. Brasinha, reforçar a sua coerência de pedir que seja adiado por três Sessões o Projeto e que ele seja encaminhado aos técnicos da EPTC. Só quero dar os parabéns ao senhor e firmar a minha posição: estamos num Parlamento, os projetos devem ser debatidos; não podemos fazer as coisas goela abaixo, assim não! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria dos Vers. Alceu Brasinha e Reginaldo Pujol, pela oposição.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente dos trabalhos, Carlos Todeschini; colegas Vereadores, colegas Vereadoras, fiz questão de, em nome da oposição, vir aqui falar, primeiro cumprimentar novamente o Ver. Brasinha, porque, com a luz do debate, teve a compreensão de que esse é um tema potente e polêmico ou impede o adiamento do Projeto, e ainda diz, na sua fala, que quer levar para a EPTC, para que a EPTC realize os estudos técnicos necessários para poder dar a justificativa daquilo que muitos de nós aqui já defendemos na tribuna. Portanto, não tem, para nós, qualquer argumento, sobre o ponto de vista da legalidade, de tirar esse direito do autor do Projeto que pede a prorrogação. Portanto, tem aqui a clareza da oposição, de que temos o apoio, porque esse é um direito constitucional de todos os Vereadores que, quando precisam de um tempo para defender aquele Projeto que acreditam, mesmo recebendo um conjunto de contrariedades, como foi o caso de hoje, inclusive a nossa opinião. Até porque é o seguinte Ver. João Antonio Dib: por que o Ver. Brasinha pede prorrogação, no olhar da oposição? Para nós, a Cidade não oferece condições estruturais, hoje, para que um carro ande na velocidade sugerida, porque as ruas não permitem isto. Qual é a Avenida que tem uma dinâmica que possa, do início ao fim, desenvolver uma velocidade maior do que 60 km/h? Inclusive, quero lembrar aqui, há cinco

anos, ou seis anos, Ver. Raul, na Administração do ex-Prefeito Fogaça, o Senna anunciou a onda verde nas Avenidas, que as sinaleiras iriam funcionar numa sequência, mas eu não consigo andar até hoje, na dita onda verde, que é uma obra de engenharia, não consigo até hoje, andar. Se ela foi implantada ou não, não sei, porque eu entendo que onda verde é o seguinte: eu pego uma Avenida como a Ipiranga, desenvolvendo aquela velocidade que está nas placas, que está programada, tu inicias num sinal verde e consegue chegar lá no final, na Antônio de Carvalho, sem parar muitas vezes, não vou dizer parar em nenhuma, nem muitas vezes. Agora, para ir à Ipiranga, e eu percorro a Ipiranga diariamente, eu nunca consegui transitar em toda a Ipiranga sem parar, no mínimo, sete, oito vezes, ao longo da Ipiranga. Então pode ser que eu seja o pé-frio da onda verde, mas ela é carente. Portanto, isso é uma obra de Engenharia, Engenharia de Tráfego, que precisa dar condições para que haja esse desenvolvimento. Bom, quais são as outras vias? Onde estão? O Ver. Luciano Marcantônio fez uma fala aqui muito boa, sobre todos os projetos que estão previstos. Bem, projeto previsto é projeto futuro; portanto, ele fez aqui uma fala futurista sobre projetos de trânsito.

Quando nós cobramos da oposição, não são os projetos futuros, mas sabemos que há muito recurso – inclusive, do Governo Federal – para ser investido, que está aguardando por projetos. Onde estão e quais são as obras que foram efetivadas nesse último período, para poder desafogar o trânsito e dar mais velocidade ao mesmo? Sobre esse tema, não foi feita nenhuma obra estruturadora. Eu cobro aqui esse debate, o que tenho feito com frequência.

Acesso norte ao Porto Seco, lá onde ocorreu o carnaval. Saia da FIERGS agora e tente chegar ao Porto Seco ou à Av. Baltazar. Ver. Mauro, o senhor que é lá da Zona Norte, saia de lá agora. A obra ou o acesso norte ao Porto Seco já foi aprovado aqui no Plano Plurianual de 2005. Já estamos em 2012; portanto, sete anos depois. Nós aprovamos aqui, ainda em 2005, no Plano Plurianual, fizemos Emendas. Eu fui um dos autores, junto com outros Vereadores, como o Ver. Pujol, que é um dos que tem batalhado.

A duplicação da Av. Edgar Pires de Castro: foi anunciado, no ano passado, que sairia o Projeto. Nós não temos ainda o Projeto. São essas discussões que

temos que fazer, associadas a um Projeto como este que o Ver. Brasinha traz para propor um aumento de velocidade.

Ao mesmo tempo, precisamos evoluir nas medidas de proteção ao pedestre. Porto Alegre lançou essa campanha. Eu gostaria, inclusive, de ver os resultados de quantas pessoas foram acidentadas, acreditando na mãozinha na sinaleira. Há poucos dias, quase fui atropelado em uma faixa de segurança, quando, junto com as minhas filhinhas, entendia que a faixa de segurança é prioridade do pedestre. Agora, isto é uma cultura de Porto Alegre: não obedecer a sinalização.

Nós propormos o aumento de velocidade, com essas características atuais, de não ter projeto de mobilidade urbana, não ter obras que deem essa segurança e, ao mesmo tempo, com a falta de um processo educativo, é estarmos jogando contra uma boa oportunidade. Portanto, o Ver. Brasinha tem aqui o nosso apoio no seu pedido de prorrogação deste Projeto para que a EPTC realize seus estudos.

Para concluir, Ver. Cecchim, que fez grandes críticas dizendo que nós, do PT, junto com o Secretário Cappellari, vivemos de amores. Quero dizer que nós respeitamos aqueles profissionais que têm capacidade. O Secretário Cappellari tem demonstrado capacidade, no mínimo, para responder a estes Vereadores. Portanto, não há nenhum problema. Então, o Secretário Cappellari, nós, como oposição, o respeitamos. Agora, o Senna, que foi Secretário, não merece o nosso respeito, porque deixou a Cidade neste caos. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. João Antonio Dib, o Requerimento de autoria do Vers. Alceu Brasinha e Reginaldo Pujol. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) Com 12 Vereadores presentes, temos 11 votos **SIM**; 1 voto **NÃO**. Não há quórum para deliberar sobre a matéria, portanto, está encerrada a Ordem do Dia e, conseqüentemente, a Sessão, porque os demais assuntos já foram debatidos, conforme a pauta de hoje.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h35min.)